

Luísa Gomes



A Divulgação dos Instrumentos Financeiros – Estudo das Empresas do PSI20

IPV - ESTGV | 2021

Instituto Politécnico de Viseu

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu

Luísa Augusto Gomes

A Divulgação dos Instrumentos Financeiros – Estudo das Empresas do PSI20

Julho de 2022

Instituto Politécnico de Viseu

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu

Luísa Augusto Gomes

A Divulgação dos Instrumentos Financeiros – Estudo
das Empresas do PSI20

Tese de Mestrado

Mestrado em Finanças Empresariais

Professora Doutora Isabel Maria Loureiro Pais Esteves Martins



Julho de 2022

Dedico a presente dissertação à minha querida e eterna Avó!

AGRADECIMENTOS

A realização da presente dissertação teve a colaboração de várias pessoas, às quais quero expressar de um modo especial, os meus sinceros agradecimentos.

Quero agradecer à orientadora deste trabalho, Professora Doutora Isabel Maria Loureiro Pais Esteves Martins, por me ter acompanhado na realização desta dissertação, pela sua dedicação, disponibilidade e pelas críticas e sugestões feitas ao longo de todo o trabalho.

Quero agradecer aos meus pais e ao meu namorado pelo apoio incondicional e paciência que sempre me transmitiram no decorrer da realização do presente trabalho.

RESUMO

A necessidade de as empresas recorrerem, cada vez mais, à utilização de instrumentos financeiros, concretamente aos instrumentos financeiros derivados, deve-se ao facto de estes apresentarem funções de cobertura de riscos financeiros, minimizando o impacto que estes poderiam provocar no negócio da empresa.

O presente estudo, que é aplicado no período de 2018 a 2020 às empresas cotadas no índice PSI20, na *Euronext Lisbon*, investiga quais os fatores que apresentam impacto no nível de divulgação da informação financeira relativamente aos instrumentos financeiros.

Neste estudo é utilizado um conjunto de índices elaborados com apoio nos estudos de Lemos, Rodrigues, & Ariza (2009) e de Pereira (2019). São retirados das páginas web das empresas, os Relatórios e Contas, com a finalidade de recolher e analisar os dados necessários. Também é utilizada a base de dados SABI para recolher os dados das variáveis definidas com base nos estudos de Lemos, Rodrigues, & Ariza (2009) e Pereira (2019): endividamento; dimensão da empresa; rentabilidade e o tipo de auditor.

Após ser realizada a recolha dos dados, as variáveis são tratadas no programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), aplicando-se testes e técnicas, extraindo e analisando-se os resultados.

Da leitura dos resultados, verifica-se que a variável “dimensão da empresa” apresenta influência no nível de informação financeira divulgada pelas empresas nos anos em análise, ou seja, há evidência que quanto maior é a dimensão da empresa, maior é o nível de divulgação da informação referente aos instrumentos derivados, corroborando os estudos anteriores.

ABSTRACT

The need for companies to increasingly resort to the use of financial instruments, specifically derivative financial instruments, is due to the fact that they function in order to hedge financial risks, minimizing the impact that these could have on the company's business.

The present study, which is applied from 2018 to 2020, investigates which factors have an impact on the level of disclosure of financial information regarding the financial instruments of companies listed on the PSI20 index, on Euronext Lisbon.

This study uses a set of indices prepared with the support of studies by Lemos, Rodrigues, & Ariza (2009) and Pereira (2019). The Reports and Accounts of the companies available on the companies' websites are analyzed in order to collect the necessary data. The SABI database is also used to extract data from the variables defined based on the studies of Lemos, Rodrigues, & Ariza (2009) and Pereira (2019) as follows: indebtedness; company size; profitability and the type of auditor.

After collecting the data, the variables are studied on the Statistical Package for Social Sciences (SPSS) software through tests and statistical techniques that are applied, extracting and analyzing the results.

Based on the results, it was concluded that the variable "size of the company" has an influence on the level of financial information disclosed by the companies in the years under analysis, which means, there is evidence that the larger the size of the company, the greater the level of disclosure of information regarding derivative instruments, backing up the previous studies.

PALAVRAS-CHAVE

Instrumentos Financeiros

Cobertura de Risco

IFRS7

Informação Financeira

KEY WORDS

Financial Instruments

Risk Coverage

IFRS7

Financial Information

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL	vii
ÍNDICE DE TABELAS	ix
ÍNDICE DE Gráficos.....	xii
ABREVIATURAS E SIGLAS	xiii
1. Introdução.....	1
2. Revisão de Literatura.....	3
2.1 Mercado Financeiro	3
2.2 Instrumentos Financeiros Derivados	5
2.3 Divulgação da Informação Financeira	8
2.3.1 Enquadramento Normativo.....	9
2.3.1.1 Norma Internacional de Relato Financeiro 7	10
2.3.1.2 Norma Internacional de Contabilidade 39	11
2.3.1.3 Norma Internacional de Relato Financeiro 9	12
2.3.1.4 Norma Internacional de Contabilidade 32	12
2.4 Estudos Efetuados aos Instrumentos Financeiros Derivados.....	13
3. Metodologia.....	18
3.1 Objetivos do estudo	18
3.2 Recolha dos Dados e Caraterização da Amostra	19
3.3 Variável Dependente.....	20
3.4 Variáveis Independentes	21
3.4.1 Endividamento.....	21
3.4.2 Dimensão da Empresa	22

3.4.3	Rentabilidade	22
3.4.4	Tipo de Auditor.....	23
3.5	Exclusão da Amostra.....	24
4.	Análise aos Resultados.....	26
4.1	Análise Bivariada	26
4.2	Análise Bivariada Anual	28
4.2.1	Ano em Análise 2018.....	29
4.2.2	Ano em Análise 2019.....	30
4.2.3	Ano em Análise 2020.....	31
4.3	Análise do Nível de Divulgação por Conjuntos de Empresas.....	32
4.3.1	Análise por Clusters em função da variável Dimensão da Empresa.....	32
4.3.2	Análise por Clusters em função da variável Dimensão da Empresa por Ano de Estudo	35
4.3.2.1	Ano de estudo 2018	35
4.3.2.2	Ano de estudo 2019	36
4.3.2.3	Ano em estudo 2020	37
5.	Conclusão.....	38
6.	Bibliografia	41
ANEXOS	47
Anexo I	– Estudo do Índice de Divulgação das empresas do PSI 20 para os anos: 2018, 2019 e 2020.....	47
Anexo II	– Associação de Cluster.....	67
Anexo III	– Dendrograma	69

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Caraterização da Amostra	19
Tabela 2 – Legenda dos itens da fórmula para determinar o IDi	20
Tabela 3 - <i>Output</i> Testes de Normalidade, SPSS (2022)	26
Tabela 4 - <i>Output</i> Coeficiente de Correlação de <i>Spearman</i> , SPSS (2022)	27
Tabela 5 - <i>Output</i> Testes Normalidade para os 3 anos em estudo, SPSS (2022)	28
Tabela 6 - <i>Output</i> Coeficiente de Correlação de <i>Spearman</i> para o ano em estudo 2018, SPSS (2022)	29
Tabela 7 - <i>Output</i> Coeficiente de Correlação de <i>Spearman</i> para o ano em estudo 2019, SPSS (2022)	30
Tabela 8 - <i>Output</i> Coeficiente de Correlação de <i>Spearman</i> para o ano em estudo 2020, SPSS (2022)	31
Tabela 9 - <i>Output</i> Número de Observações por Cluster.....	33
Tabela 10 - Empresas por Cluster.....	34
Tabela 11 - <i>Output</i> Anova, SPSS (2022).....	34
Tabela 12- Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados.....	48
Tabela 13- Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa NOS, SGPS.....	49
Tabela 14- Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa SONAE.....	50
Tabela 15- Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa SEMAPA.....	51

Tabela 16- Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa REN	52
Tabela 17 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa THE NAVIGATOR COMP.....	53
Tabela 18 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa PHAROL.....	54
Tabela 19 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa NOVABASE SGPS	55
Tabela 20 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa MOTA ENGIL.....	56
Tabela 21 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa J. MARTINS, SGPS	57
Tabela 22 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa IBERSOL, SGPS	58
Tabela 23 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa GALP ENERGIA.....	59
Tabela 24 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa RAMADA.....	60
Tabela 25- Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa EDP	61
Tabela 26 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa CTT CORREIOS PORT.....	62
Tabela 27 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa CORTICEIRA AMORIM.....	63
Tabela 28 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa B. COM. PORTUGAL	64

Tabela 29 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa ALTRI SGPS.....	65
Tabela 30 – Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa EDP RENOVÁVEIS.....	66
Tabela 31 – Associação de Cluster.....	68

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Dispersão entre o Índice de Divulgação e a variável Dimensão, SPSS (2022).....	33
Gráfico 2 – Gráfico de dispersão do ano 2018, SPSS (2022).....	35
Gráfico 3 - Gráfico de dispersão do ano 2019, SPSS (2022).....	36
Gráfico 4 - Gráfico de dispersão do ano 2020, SPSS (2022).....	37
Gráfico 5 - <i>Output</i> Dendrograma	69

ABREVIATURAS E SIGLAS

AASB - *Australian Accounting Standards Board*

ASCT - *Australian Society Corporate Treasurers*

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

CVM – Código dos Valores Mobiliários

CE - Comissão Europeia

FRA – *Forward Rate Agreement*

IASC – *International Accounting Standards Committee*

IAS - *International Accounting Standards*

IASB – *International Accounting Standards Board*

ID - Índice de Divulgação

IFRIC – *International Financial Reporting Interpretations Committee*

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

K-S - *Kolmogorov-Smirnov*

PSI - *Portuguese Stock Index*

SIC - *Standing Interpretations Committee*

VRDI - *Voluntary Reporting Disclosure Index*

SPSS - *Statistical Package for Social Sciences*

S-W - *Shapiro-Wilk*

1. Introdução

Com o decorrer do tempo, tem havido uma crescente aplicação, por parte das empresas, de instrumentos financeiros derivados. Desta forma, as empresas devem apresentar as suas demonstrações financeiras com a informação útil, conforme descrito nas *International Financial Reporting Standards* (IFRS), para existir harmonização e comparabilidade entre empresas.

A crescente utilização dos instrumentos financeiros deve-se ao facto de estes apresentarem funções de cobertura e gestão de vários riscos financeiros, provocando uma redução no impacto que estes poderiam causar na empresa (Antunes, 2008).

Esta divulgação deve obedecer aos requisitos apresentados na IFRS 7. Neste âmbito, a divulgação da informação financeira de uma entidade é considerada fundamental para a apresentação da sua situação financeira e para a obtenção de uma referência com vista à avaliação da existência de eficácia na cobertura dos riscos com a utilização de instrumentos financeiros (Costa & Alves, 2014).

Desta forma, as entidades devem divulgar informação relativa aos instrumentos financeiros derivados para conceder o conhecimento da sua situação financeira e avaliação da eficácia dos instrumentos financeiros derivados na cobertura de risco (Ferreira, 2008).

Assim sendo, o objetivo deste trabalho consiste na análise dos fatores que apresentam impacto no nível de informação divulgada relativamente aos instrumentos financeiros das empresas cotadas no índice PSI20, na *Euronext Lisbon*.

Para realizar o presente estudo é utilizado um conjunto de índices elaborados com base nos estudos de Lemos, Rodrigues, & Ariza (2009) e de Pereira (2019), que apresentaram como base os estudos realizados aos fatores determinantes do nível de divulgação de informação acerca dos instrumentos financeiros de derivados de Marshall & Weetman (2002), de Teixeira Lopes & Lima Rodrigues (2007), de Hassan (2004) e às análises relativas à utilização de contratos de derivados de Bartram, Gregory, & Jennifer (2006).

O conjunto dos índices de divulgação segue os critérios descritos na IFRS 7. Posteriormente, analisam-se os Relatórios e Contas das empresas em estudo, nos quais, se recolhem os

elementos das variáveis que podem, de certa forma, influenciar a quantidade da informação divulgada, tais como:

- endividamento;
- dimensão da empresa;
- rentabilidade; e
- o tipo de auditor.

Após ser realizada a recolha dos dados, aplicam-se testes e técnicas estatísticas no programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) e, por sua vez, serão analisados os resultados.

Este trabalho encontra-se dividido em quatro pontos, sendo, no primeiro ponto, tratada a revisão da literatura, que é subdividida na análise do mercado financeiro, dos instrumentos financeiros de derivados, da divulgação da informação financeira e dos estudos efetuados aos instrumentos financeiros derivados. No segundo ponto trata-se a metodologia, onde são referenciados os objetivos do estudo, a recolha dos dados, a caracterização da amostra, a variável dependente, as variáveis independentes e, por último, a exclusão da amostra.

No terceiro ponto realiza-se a análise aos resultados, utilizando a análise bivariada e a análise por conjuntos de empresas. Por último, tratam-se a conclusão, as limitações sentidas na elaboração do presente estudo e a partilha de sugestões para futuros estudos.

Em suma, com a realização deste trabalho analisou-se de que forma as empresas cotadas no índice PSI20, na *Euronext Lisbon*, divulgam a sua informação financeira no que diz respeito aos instrumentos financeiros derivados e quais são as variáveis que podem influenciar essa divulgação.

2. Revisão de Literatura

No presente capítulo estudam-se: o mercado financeiro; a quantidade existente de instrumentos financeiros derivados e qual a importância da sua utilização; as formas corretas para se divulgar a informação financeira das empresas e os estudos mais relevantes efetuados aos instrumentos financeiros derivados.

2.1 Mercado Financeiro

Andekina & Adambekova (2013), no estudo realizado à forma como diversos autores interpretam a definição de mercado financeiro, salienta que o mercado financeiro pode ser fragmentado em três vertentes: *Monetary Concept*; *Capital Market* e *Segmented Concept*.

Consensualmente, designa-se por mercado financeiro qualquer mercado onde compradores e vendedores participem em inter-relações de trocas – *trading* – de ativos financeiros, como as ações, obrigações, opções e derivados, onde existe uma “ideia de valor”. O mercado serve como padrão, pois, permite avaliar o valor daquilo que é transacionado. (Gonçalves, 2011).

O mercado financeiro é composto por duas componentes que são o mercado monetário e o mercado de capitais. No mercado monetário, as instituições financeiras e os emissores de dívida trocam fundos de curto prazo com o objetivo de solucionar problemas de liquidez. A maturidade destes instrumentos financeiros é normalmente de um ano. No mercado de capitais, a componente principal é o mercado de valores mobiliários, o qual se desdobra em mercado primário e mercado secundário. No mercado primário são lançadas as ofertas públicas iniciais de uma empresa privada que procure financiamento. Este mercado funciona como uma entidade competente que ajuda no processo de decisão do tipo de dívida que as empresas devem contrair. Após a decisão tomada pela entidade competente, é calculado o valor para a quantidade a ser lançada no mercado secundário. O mercado secundário é considerado a entidade que assume o risco na venda de participações a público. Neste mercado, encontra-se o acesso ao mercado de

ações, de obrigações, de *commodities*¹, de futuros e derivados, onde existem diversos investidores (Andekina & Adambekova, 2013).

Nos mercados financeiros, os agentes que atuam são predominantemente especulativos. A especulação é uma prática que tem vindo a aumentar ao longo dos anos. Consiste na compra e venda de ativos, com a intenção de obter lucros com as variações que ocorrem nos preços a curto prazo. Neste mercado existem dois tipos de investidores, de curto e de longo prazo. Os de curto prazo provocam uma desestabilização dos preços e os de longo prazo têm um efeito de estabilização. Um especulador é aquele que atua no curto prazo. Desta forma, não tem o objetivo de manter os ativos por longos períodos de tempo (Lobão, 2017).

Segundo a teoria financeira tradicional, estamos perante um mercado eficiente quando existe a ausência de custos de transação e os investidores têm acesso a toda a informação. Tradicionalmente, o investidor é *price-taker*, ou seja, as suas ações individuais não terão consequências em relação ao mercado. Por outro lado, existe a defesa de que a atuação dos agentes poderá provocar a destabilização do mercado e que os ganhos podem ser injustamente obtidos. O especulador é visto como essencial, porém há quem o considere como desestabilizador, pois, possui a capacidade de influenciar o preço dos ativos (Silva M. M., 2010).

De acordo com Antunes (2008), quando se está perante um cenário onde se consegue obter ganhos através das imperfeições dos mercados ou dos preços dos ativos subjacentes², os derivados são utilizados como instrumento de especulação.

Podemos concluir que o mercado financeiro é de facto bastante diversificado, pois engloba uma elevada quantidade de produtos financeiros. Para a Comissão do Mercado de Valores e Mobiliários (CMVM, 2021), os instrumentos financeiros são definidos como instrumentos de

¹ *Commodities*- é o termo utilizado para referir produtos de origem primária, transacionados nas bolsas de mercadorias. Normalmente são produtos em estado bruto e são produzidos e comercializados em quantidades grandes. As principais *commodities* negociadas são o café, milho, petróleo, ouro, prata, etc, (Branco, 2008).

² Segundo o Glossário de Termos Relativos a Instrumentos Financeiros da CMVM, o ativo subjacente é o ativo que serve de base à determinação dos fluxos monetários de um instrumento financeiro ou que constitui o objeto do investimento realizado através de instrumentos financeiros de natureza derivativa.

investimento, onde se inserem os valores mobiliários, os instrumentos derivados e outros, conforme Diretiva dos Mercados e Instrumentos Financeiros.

2.2 Instrumentos Financeiros Derivados

As empresas, no decorrer da sua vida, ficam expostas a vários riscos financeiros, no qual se inclui o risco de mercado. Na IFRS 7, Apêndice A, encontram-se descritas as definições dos vários riscos de mercado existentes, salientando-se:

- o risco de taxa de juro ocorre quando o justo valor de um instrumento financeiro oscila devido a alterações das taxas de juro do mercado. Este risco surge quando estamos perante instrumentos financeiros que originam juros que são reconhecidos no balanço, como o caso de empréstimos e quando estamos perante instrumentos financeiros onde não existe o reconhecimento no balanço, como acontece em alguns compromissos de empréstimos;
- o risco cambial acontece quando o justo valor de um instrumento financeiro flutua devido a alterações das taxas de câmbio. Estes riscos advêm de instrumentos financeiros mensurados numa moeda diferente da moeda praticável;
- outros riscos de preços ocorrem quando o justo valor do investimento financeiro flutua devido a alterações nos preços de mercado que não estejam associadas a riscos de taxa de juro ou riscos cambiais como, por exemplo, devido a alterações nos preços de mercadorias ou nos preços de ações.

Os derivados são instrumentos financeiros de cobertura de risco, que funcionam como uma salvaguarda para as empresas face ao risco de mercado. Assim, as empresas utilizam instrumentos financeiros derivados para minimizar esses riscos (Antunes, 2008).

Os instrumentos financeiros derivados encontram-se consagrados no Código dos Valores Mobiliários (CVM).

“Os instrumentos financeiros (*“financial instruments”, “Finanzinstrumente”, “instruments financiers”, “strumenti finanziari”*) são um conjunto de instrumentos juscomerciais suscetíveis de criação e/ou negociação no mercado de capitais, que têm por

finalidade primordial o financiamento e/ou a cobertura do risco da atividade económica das empresas. Tais instrumentos encontram-se hoje expressamente consagrados no art. 2.º, nos 1 e 2 do CVM, podendo ser ordenados em três categorias fundamentais: os instrumentos mobiliários (ou valores mobiliários), os instrumentos monetários (ou do mercado monetário) e os instrumentos derivados” (Antunes, 2008, p. 96).

Resumidamente, um instrumento financeiro é um ativo ou um conjunto de ativos que podem ser negociados, ou seja, existe a possibilidade da sua compra e/ou venda. A sua utilização por parte das empresas é crescente e deve-se ao facto de os instrumentos financeiros apresentarem funções de cobertura e gestão de vários riscos financeiros, provocando uma redução ao impacto que estes poderiam provocar na empresa. Desta forma, as empresas utilizam cada vez mais instrumentos financeiros, nomeadamente os instrumentos de derivados, que englobam:

- **os futuros:** contratos de compra ou venda de ativos, num momento futuro;
- **as opções:** contratos em que apenas uma parte integra o contrato, a outra parte apenas tem o direito e não a obrigação de efetuar a compra (*call option*) ou a venda (*put option*);
- **os swaps:** contratos de troca de fluxos de tesouraria, (exemplo: taxas de juro, matérias-primas e mercadorias, divisas, entre outros);
- e os **contratos forwards:** contratos particulares, que ocorrem, fora da bolsa de valores³.

Os futuros são contratos de compra ou venda de ativos, num momento futuro, com preço já determinado. Um contrato de futuro é transacionado apenas em bolsas especializadas e são padronizados, exceto o preço, que é negociado. Nestes contratos não existe o risco da falta de cumprimento da outra parte, isto porque a parte oposta ao vendedor ou ao comprador é a bolsa de valores, que atua através da sua câmara de compensação. No início do contrato, as partes depositam uma margem inicial, com a função de cobrir as primeiras oscilações e uma margem de manutenção com nível mínimo, que terá de ser mantido. Denomina-se *marking to market* a este processo de margens que é atualizado todos os dias (Ferreira, 2008).

³ É na bolsa de valores que as empresas públicas e privadas vendem parte do seu valor com o objetivo de assegurar investimentos. A bolsa apresenta como finalidade a fomentação do mercado de capitais com o foco na venda ou compra de ações (Silva R. B., 2016).

Segundo Ferreira (2008), o comprador de um futuro assume uma posição longa e o vendedor uma posição curta. Na data de vencimento, a obrigação do comprador é a de comprar o ativo subjacente ao preço que foi contratado. No caso do vendedor, este é obrigado a vender o ativo subjacente. Existem diversos tipos de contrato de futuros, sendo estes os futuros de taxa de juro, futuros sobre índices de ações e sobre ações, futuros cambiais, futuros sobre matérias-primas e mercadorias (*commodities*) e futuros sobre outros ativos subjacente e outros índices.

As opções são contratos que se diferenciam dos futuros no facto de que apenas uma parte integra o contrato. Assim, a outra parte apenas tem o direito e não a obrigação de efetuar a compra (*call option*) ou a venda (*put option*). Para Custódio & Mota (2008), uma opção é um contrato entre comprador e vendedor, no qual o vendedor espera receber um prémio monetário, dando o direito, mas não a obrigação, ao comprador de lhe vender ou comprar uma quantia de um ativo estipulado. Desta forma, o comprador no pagamento do preço acordado tem o direito, mas não a obrigação, de poder exigir que o vendedor compre ou venda. Ou seja, uma opção é um contrato celebrado entre duas partes, em que uma parte dá o direito ao comprador de comprar ou vender o ativo mediante uma contrapartida. Os contratos de opções dividem-se em duas categorias, sendo estas as opções de compra (*call options*) e as opções de venda (*put options*).

A opção de compra é um contrato que dá o direito ao comprador de comprar uma quantidade estipulada do ativo subjacente. Por contrapartida, uma opção de venda oferece o direito ao comprador de vender uma determinada quantidade do ativo subjacente. Refere-se ativo subjacente a ações, mercadorias e divisas, ou seja, é o ativo onde recai o direito de compra ou venda (Custódio & Mota, 2008).

Os *swaps* são contratos onde existe troca de fluxos de tesouraria, que é o caso das taxas de juro, matérias-primas e mercadorias, divisas, entre outros. Estes são úteis na gestão de ativos e de passivos das empresas. Dentro dos *swaps*, destacam-se os *swaps* de taxa de câmbio e o *swaps* de taxa de juro (Ferreira, 2008).

O valor de um *swap* de taxa de juro é calculado mediante valor atualizado dos fluxos financeiros que irão ocorrer futuramente, em que um dos agentes económicos irá pagar juros a uma taxa fixa e receber a uma taxa variável com referência a um valor notional, que é o montante teórico de um instrumento derivado, e a um período temporal definido. O valor dos *swaps* de taxa de câmbio deve ser igual à diferença entre os valores atualizados dos fluxos financeiros expressos

em cada divisa. Diferencia-se dos *swaps* de taxa de juro, pois neste caso é necessária a utilização de uma taxa de câmbio como base para se realizar a ligação entre os fluxos financeiros, pois encontram-se mensurados em moedas diferentes (Esteves, 2013).

Por fim, os contratos *forwards* ou a prazo, segundo Ferreira (2008), são contratos particulares, ou seja, fora da bolsa e desta forma não existe a exigência de haver um pagamento inicial a ambas as partes. Estes contratos são realizados mediante a necessidade de cada parte e não são padronizados, como acontece com os contratos de futuros. Existem dois tipos de contratos *forward*, sendo estes os *forward* cambiais e os *forward* de taxa de juro (FRA).

Para Nunes S. (2014), um *forward* é um contrato a prazo celebrado por duas partes, em que o comprador assume uma posição longa e concorda adquirir determinado ativo subjacente com um preço fixado e uma entrega diferida. O vendedor adota a posição curta, comprometendo-se a vender o ativo subjacente nas condições que foram antecipadamente definidas no contrato.

Como já foi referido, a utilização dos derivados financeiros tem como objetivo a cobertura de riscos. Por conseguinte, os derivados têm sido objeto de uma legislação cada vez mais exigente e minuciosa, o que provocou uma exigência no aumento de divulgação da informação financeira dos instrumentos financeiros, por parte das empresas (Ferreira, 2008).

2.3 Divulgação da Informação Financeira

A divulgação da informação financeira de uma entidade tem sido reconhecida como parte importante face à análise que o público percebe da situação financeira de uma empresa, isto deve-se ao incremento das relações a nível internacional, ao desenvolvimento dos mercados de capitais e à constante mudança no contexto empresarial.

Esta divulgação é considerada fundamental, pois permite apresentar a situação financeira de uma entidade e que haja uma referência com vista à avaliação da existência de eficácia na cobertura do risco com a utilização de instrumentos financeiros. Tem, como objetivo, facultar a informação aos *stakeholders*, facilitando, assim, a avaliação económica e financeira da empresa. Esta divulgação deve cumprir, como já referido anteriormente, as normas

internacionais de forma a permitir que haja uma comparabilidade entre entidades (Costa & Alves, 2014).

As empresas tendem a divulgar mais informação financeira para minimizar os custos de agência, que são custos provenientes da existência de conflitos de interesses numa organização que surgem quando existe a contratação de administradores que ficam responsáveis pela tomada de decisões e que entram em conflito com os interesses dos acionistas originando o denominado conflito de agência, que por sua vez, gerará o custo de agência (Jensen & Meckling, 1976).

Segundo a Comissão do Mercado de Valores e Mobiliários (CMVM), a elaboração de estudos de investimentos, análise financeira ou outras recomendações relativamente a instrumentos financeiros é um serviço auxiliar dos serviços de investimento nos termos da alínea c) do artigo 291.º do CVM. Essa informação deve ser completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita. As informações divulgadas devem seguir as exigências legais para evitar dissemelhanças injustificadas relativamente ao acesso à informação privilegiada.

Desta forma, todo o facto que é ocorrido na esfera de atividade do emitente e que não seja do conhecimento público, mas que possa influenciar o preço dos valores mobiliários ou outros instrumentos financeiros, tem de ser imediata e obrigatoriamente divulgado pelo emitente ao público investidor (CMVM, 2021).

2.3.1 Enquadramento Normativo

Em 2002, com o objetivo de harmonizar a contabilidade e obter uma base concetual para que todas as empresas elaborassem as suas demonstrações financeiras, é homologado o Regulamento Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, tornando obrigatório a aplicação das normas internacionais de contabilidade para as empresas cotados na Bolsa de Valores (Lemos & Malaquias, 2013).

O primeiro organismo internacional responsável pela emissão e revisão das normas interpretativas *Standing Interpretations Committee* (SIC) foi a *International Accounting Standards Committees* (IASC). Estas normas passaram a ser uma referência na elaboração das demonstrações financeiras para as empresas cotadas. A 1 de abril de 2001 ocorre a substituição da IASC pela *International Accounting Standards Board* (IASB), que introduziu novos requisitos às normas internacionais, melhorando-as e criando novas normas internacionais de

contabilidade, substituindo as SIC pelas atuais *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC). Apenas no ano de 2003 existiu a utilização destas normas emitidas pelo novo organismo, IASB, o qual foi publicado no Regulamento (CE) 1725/2003. Assim, todas as normas, a partir de 1 de janeiro de 2003, passaram a ser de utilização obrigatória por parte das empresas com títulos cotados nas Bolsas de Valores, na elaboração das demonstrações financeiras e nos relatórios e contas das empresas (Nunes, 2014).

Em 2005, a Comissão Europeia (CE) emite o Regulamento (CE) 1864/2005 da Comissão a fim de adotar as normas *International Accounting Standards* 32 e 39 (IAS 32 e IAS 39). A diferença entre a IAS e as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) assenta no facto de que as IAS são de aplicação obrigatória para entidades cotadas em bolsas de valores, facilitando a comparação das demonstrações financeiras. As IFRS também são normas internacionais de contabilidade, não sendo, no entanto, direcionadas para o relato financeiro, servindo de apoio à elaboração dos relatórios financeiros, ou seja, apresentam o objetivo de informar sobre a posição financeira e os resultados da empresa (Nunes, 2014).

O IASB elabora e publica as IFRS, normas a serem seguidas na apresentação das demonstrações financeiras. As normas que tratam os instrumentos financeiros derivados são a IAS 32, a IAS 39, a IFRS 7 e a IFRS 9.

2.3.1.1 Norma Internacional de Relato Financeiro 7

A IFRS 7 estabelece os requisitos que as empresas devem seguir no momento da elaboração das suas demonstrações financeiras, garantindo, assim, que haja a divulgação de toda a informação útil. Desta forma, proporcionam aos utentes da informação avaliar a natureza dos riscos a que, à data do relato, as entidades se encontram expostas. Como já referido anteriormente e de acordo com a IFRS 7, os instrumentos financeiros subdividem-se em quatro categorias, os *forwards*, os *swaps* de taxa de juro e cambiais, os futuros e as opções, que são designados de instrumentos financeiros derivados.

A IFRS 7, relativamente aos instrumentos financeiros, obriga à divulgação dos riscos. Assim, é de importância elevada analisar se as empresas que estão cotadas em bolsa, cumprem ou não com os requisitos estabelecidos na norma. As entidades devem aplicar aos instrumentos financeiros a norma IAS 39, que contém os requisitos para reconhecer e mensurar os instrumentos financeiros.

2.3.1.2 Norma Internacional de Contabilidade 39

A *International Accounting Standards* (IAS) 39 apresenta os requisitos da contabilidade de cobertura, a qual é aplicada a todos os instrumentos financeiros, no âmbito da IFRS 9.

Segundo o §9 da norma, um derivado trata-se de um instrumento financeiro que segue três características:

- o seu valor altera-se em resposta a uma mudança da variável subjacente: como o preço de *commodities*; as taxas de juro; as taxas de câmbio ou índices;
- não existe a necessidade de investimento líquido inicial ou investimento líquido inicial que seja inferior ao exigido para outros contratos;
- é liquidado numa data futura.

A IAS 39 cita, como regra geral, que os instrumentos financeiros derivados apresentem o seguinte tratamento contabilístico: o reconhecimento como ativos ou passivos financeiros sejam mensurados ao justo valor; as alterações que resultem do justo valor devem ser reconhecidas como lucros ou prejuízos do período e desconhece-se um ativo ou passivo financeiro quando o instrumento derivado for extinto.

No entanto, prevê a possibilidade de disposições especiais para a contabilização das atividades de cobertura de riscos, isto, se os requisitos exigidos pelo §88 sejam conjuntamente observados. A contabilidade de cobertura, de acordo com o §85, reconhece os efeitos de compensação nos lucros ou prejuízos quando ocorrem alterações nos justos valores do instrumento de cobertura e do item coberto. Segundo o §88 da IAS 39, exige-se que no início da cobertura exista documentação formal do relacionamento da cobertura e também do objetivo e estratégia de gestão do risco da entidade. A documentação deverá contemplar o instrumento de cobertura, o item ou transação coberto, a natureza do risco que será coberto e a forma como a entidade vai avaliar a eficácia do instrumento de cobertura na compensação da exposição às alterações no justo valor ou nos fluxos de caixa do item coberto respeitante ao risco coberto.

Na IAS 39 encontram-se definidos os três tipos de relação de cobertura, tais como: a cobertura de justo valor; a cobertura de fluxo de caixa e a cobertura de um investimento líquido em unidades operacionais estrangeiras.

O modelo de contabilização de cobertura do justo valor refere que a variação do justo valor do instrumento de cobertura tem de ser reconhecida nos lucros ou prejuízos, assim como a variação do justo valor do item coberto deve ser ajustada à quantia escriturada e reconhecida nos lucros ou prejuízos.

O método de contabilização de cobertura de fluxos de caixa refere que o efeito do justo valor do instrumento de cobertura, determinado como consequência de uma cobertura eficaz, deve ser reconhecido em capitais próprios. No entanto, a parte ineficaz do ganho ou perda que resulte do instrumento de cobertura deverá ser reconhecido nos lucros ou prejuízos.

Por fim, o método de cobertura de investimento líquido em unidades operacionais estrangeiras consiste em cobrir a exposição relativamente a flutuações cambiais nos investimentos líquidos nas subsidiárias em moeda estrangeira. A contabilização de uma cobertura de um item monetário, como parte do investimento líquido, deve ser semelhante às coberturas de fluxos de caixa.

2.3.1.3 Norma Internacional de Relato Financeiro 9

A IFRS 9 foi publicada para proporcionar um ajuste à IAS 39, proporcionando uma maior facilidade no reconhecimento das perdas por empréstimo, ou seja, provocar uma diminuição no tempo que ocorria no reconhecimento das perdas por imparidades de créditos, uma vez que a IAS 39 apresenta um elevado grau de complexidade.

Relativamente à contabilidade de cobertura, segundo a IFRS 9, uma relação de cobertura deve cumprir alguns requisitos, tais como: entre o item coberto e o instrumento de cobertura deverá existir uma relação económica; as alterações de justo valor que resultam da relação económica não são dominadas pelo efeito do risco de crédito; o rácio de cobertura da relação de cobertura resulta da quantidade do item coberto que uma entidade cobre efetivamente e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

2.3.1.4 Norma Internacional de Contabilidade 32

A IAS 32 é aplicado pelas entidades a todos os tipos de instrumentos financeiros, ou seja, aplica-se a contratos de compra ou venda de um item não financeiro que pode ser liquidado em

numerário ou outro instrumento financeiro. A norma define como instrumento financeiro, qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Relativamente ao ativo financeiro, este é definido como qualquer ativo que seja: fluxo de caixa; um instrumento de equidade de outra entidade ou um direito contratual (receber dinheiro ou ativos financeiros de outra entidade ou trocar ativos financeiros ou passivos com outra entidade). Um passivo financeiro trata-se de qualquer responsabilidade que seja uma obrigação contratual.

Segundo a IAS 32, os instrumentos financeiros devem ser contratuais e o dinheiro é tratado como um ativo financeiro por representar um meio de troca, servindo de base para que todas as transações sejam mensuradas e reconhecidas nas demonstrações financeiras.

2.4 Estudos Efetuados aos Instrumentos Financeiros Derivados

O aumento da utilização de instrumentos financeiros derivados amplificou conseqüentemente o interesse à utilização das demonstrações financeiras por parte dos utentes, que exigem uma informação cada vez mais detalhada. Desta forma, como já referido anteriormente, os organismos emissores das normas de contabilidade têm vindo a realizar normas específicas para os instrumentos financeiros derivados.

Existem diversos estudos realizados à análise dos fatores determinantes do nível de divulgação de informação sobre instrumentos derivados. Apresentam-se de seguida, alguns desses estudos.

O estudo realizado por Chalmers (2001) foi executado durante os anos de 1992 a 1998 e consistiu na análise das demonstrações financeiras de 140 da totalidade das 500 maiores empresas australianas não financeiras. Este estudo teve como objetivo estudar a evolução nos níveis de informação divulgada relativamente a operações relacionadas com os instrumentos derivados. Para a realização do estudo, recorreram a um índice de divulgação de informação voluntária (VRDI), que foi realizado com a referência no índice Bolsista Australiano, ED 65, do *Australian Accounting Standards Board* (AASB) e na norma sectorial publicada pela *Australian Society Corporate Treasurers* (ASCT).

Dividiram o período temporal em três momentos como, citado por Lemos, Rodrigues, & Ariza, (2009):

- entre 1992 e 1994, período no qual a informação divulgada era de caráter voluntária;
- entre 1995 e 1997, onde a informação divulgada já era de caráter voluntária coerciva, pois houve a publicação de uma norma, pela ASCT;
- e em 1998, período em que a divulgação de informação passou a ser obrigatória.

Concluíram com a realização do teste à igualdade do índice, que o valor médio do índice é estatisticamente diferente para todos os períodos que foram analisados, ocorrendo uma dissemelhança mais acentuada no período entre 1994 e 1995 e entre 1997 e 1998. Isto deveu-se à alteração que existiu na mudança do regime de voluntário para coercivo e de coercivo para efetivamente obrigatório. Concluiu-se também, que no período onde a informação era coerciva, as grandes empresas divulgaram uma maior quantidade de informação voluntária, como citado por Lemos, Rodrigues, & Ariza, (2009).

O estudo realizado no período de 1998 por Marshall & Weetman (2002) consistiu na comparação das empresas dos Estados Unidos com as do Reino Unido no que diz respeito ao cumprimento das exigências do normativo quanto à divulgação qualitativa sobre as operações de gestão de risco cambial. O estudo incidiu na análise de 30 empresas de cada país com o objetivo de analisar o nível da divulgação acerca das operações de risco cambial. Também analisaram a possível existência de desigualdade da informação entre os utilizadores e os gestores, sendo esta designada de Teoria da Assimetria da Informação, como citado por Lemos, Rodrigues, & Ariza, (2009).

As conclusões retiradas deste estudo foram as seguintes: o Reino Unido divulgava informação da cobertura de risco mediante os instrumentos não derivados e medidas do Governo das Sociedades, o que não acontecia nos Estados Unidos. Os EUA divulgavam informação associada à cobertura de riscos através da utilização de instrumentos financeiros derivados e não se cumpria com a totalidade das normas. Relativamente à dissemelhança da informação entre os gestores e os utilizadores, conclui-se que existia uma divulgação de menor informação nas entidades que apresentam uma elevada exposição ao risco, contrariamente às que apresentam uma menor exposição. Os resultados que foram obtidos com este estudo

evidenciaram que, cerca de 46% das empresas do Reino Unido, apresentam um elevado índice de divulgação comparativamente com as empresas dos Estados Unidos que apresentavam cerca de 39% (Marshall & Weetman, 2002).

Já o estudo de Hassan consistiu na utilização de um índice de divulgação para averiguar se a informação divulgada relativamente aos instrumentos financeiros derivados era de qualidade e se existia transparência. Pretendeu analisar a relação que existia entre as características das empresas, o valor relevante da informação sobre os derivados e a informação divulgada. Para efetuar o estudo, foram analisados os relatórios anuais de 137 empresas australianas que pertenciam à indústria extrativa relativamente aos anos económicos de 1998 a 2001. Concluíram que houve um aumento na qualidade da informação divulgada pelas empresas que utilizam os instrumentos financeiros derivados (Hassan, 2004).

Os autores Lopes & Rodrigues (2007) analisaram as determinantes do nível de divulgação de informação sobre os instrumentos financeiros nas empresas portuguesas cotadas em bolsa. Utilizaram, para a realização do estudo, como variável, um índice de divulgação voluntária com base nos requisitos da IAS 32 e IAS 39. Analisaram os Relatórios e Contas anuais de todas as empresas cotadas na bolsa portuguesa referentes ao ano 2001. As conclusões retiradas relativamente aos fatores que determinam a divulgação da informação sobre os instrumentos financeiros foram o tamanho da empresa, o sector económico, o tipo de auditor e o facto de a empresa estar cotada em mais do que um mercado regulamentado.

Bartram, Gregory, & Jennifer (2006) realizaram um estudo sobre os fatores que determinam a utilização de contratos de derivados, assim como a sua divulgação. Este estudo foi realizado numa amostra variada de empresas, que se situavam em 47 países, com o intuito de avaliar o efeito da utilização de derivados para conseguirem medir o risco e o valor.

Com a realização de testes univariados, verificaram que a utilização de derivados tem tendência a ser maior em empresas cujo risco de taxa de juro, risco cambial e o preço dos *commodities* é maior.

Verificaram ainda que as empresas que utilizam instrumentos derivados apresentam valores estimados de risco total e sistemático mais baixos e que as entidades que utilizam derivados são as que se encontram mais expostas ao risco cambial, risco de taxa de juro, bem como ao risco do preço de *commodities*. Os autores evidenciaram que os fatores que determinam o uso de

instrumentos derivados se devem ao facto de os instrumentos financeiros derivados minimizarem os riscos (Bartram, Gregory, & Jennifer, 2006).

Lemos, Rodrigues, & Ariza (2009) estudaram as determinantes do nível de divulgação de informação acerca dos instrumentos derivados. Apresentaram, como amostra, as empresas portuguesas cotadas na *Euronext Lisbon* para o ano de 2004.

A variável dependente consistiu na construção de um Índice de Divulgação (ID) que continha um total de 35 itens. Relativamente às variáveis independentes, foram estudadas as seguintes:

- Dimensão da Empresa;
- Concentração de Capital;
- Participação dos Órgãos de Administração e Fiscalização no Capital;
- Rentabilidade;
- Endividamento;
- Diretores Independentes;
- Investigação e Desenvolvimento;
- Qualidade do Auditor Externo;
- Aumento de Capital;
- Existência de Planos de Atribuição de Ações e/ou de Opções de Aquisição de Ações;
- Sector Económico.

Quando os autores realizaram uma análise multivariada, chegaram à conclusão de que o fator determinante do nível de divulgação era a variável dimensão da empresa. Quando realizaram uma análise univariada, chegaram à conclusão de que os fatores explicativos do nível de divulgação eram as variáveis: qualidade do auditor externo; nível de endividamento; existência de planos sobre acções e sector de atividade.

O estudo elaborado por Pereira (2019) compreendeu a análise do cumprimento dos requisitos de divulgação dos instrumentos financeiros derivados. A sua amostra consistiu na análise às 17 empresas que incorporavam o PSI20 na *Euronext Lisbon* para o período de 2015 a 2017.

Como variável dependente utilizou um ID com um total de 37 itens de divulgação e apresentou as seguintes variáveis independentes:

- Dimensão da Empresa;
- Rentabilidade;
- Tipo de Auditor Externo;
- Desempenho;
- Cotação.

Após a investigação realizada, chegou à conclusão de que a variável que influencia o nível de divulgação de informação financeira sobre os instrumentos financeiros é a variável dimensão da empresa, ou seja, concluiu que quanto maior é a empresa, maior é a probabilidade de prestar informação relativamente aos instrumentos financeiros.

3. Metodologia

Neste ponto analisam-se os objetivos do estudo; a recolha dos dados e a caracterização da amostra e a descrição das variáveis, assim como do procedimento realizado para a elaboração do presente estudo.

3.1 Objetivos do estudo

O presente estudo tem como objetivo analisar as empresas cotadas no índice PSI20, na *Euronext Lisbon*, relativamente aos fatores que podem influenciar a divulgação da informação financeira de cada empresa, no que diz respeito aos instrumentos financeiros derivados.

Para realizar o estudo é utilizado um conjunto de índices com apoio nos estudos de Lemos, Rodrigues, & Ariza (2009) e de Pereira (2019) que seguem os critérios descritos na norma IFRS 7 e são elaborados com base nos seguintes estudos: análise à divulgação dos instrumentos de derivados de Marshall & Weetman (2002); análise das determinantes do nível de divulgação de informação sobre os instrumentos financeiros nas empresas portuguesas cotadas em bolsa de Teixeira Lopes & Lima Rodrigues (2007); análise aos fatores determinantes da divulgação de informação relativamente a operações com instrumentos derivados de Hassan (2004) e análises relativas à utilização de contratos de derivados de Bartram, Gregory, & Jennifer (2006).

Posteriormente, analisam-se os Relatórios e Contas das empresas com o objetivo de se recolher os dados necessários para o presente estudo. Utiliza-se também a base de dados SABI para se obter os dados das variáveis para verificar se estas influenciam a quantidade e a qualidade da informação divulgada. As variáveis definidas com base nos estudos de Lemos, Rodrigues, & Ariza (2009) e Pereira (2019) são: a rentabilidade, o tipo de auditor externo, o endividamento e a dimensão da empresa.

Após ser realizada a recolha dos dados, são aplicados testes e técnicas estatísticas no programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) para gerar os resultados, que por sua vez, vão ser alvo de análise.

3.2 Recolha dos Dados e Caracterização da Amostra

Com o trabalho de recolha dos dados realizado, reúne-se as informações necessárias para se realizar o presente estudo. Ou seja, são analisados os Relatórios e Contas anuais, que se encontram disponibilizados nas páginas WEB de cada uma das empresas cotada na *Euronext Lisbon*. Após recolha dos dados utiliza-se a base de dados SABI para se obter os dados das variáveis a estudar, sendo elas as seguintes:

- endividamento;
- dimensão da empresa;
- rentabilidade;
- e o tipo de auditor.

Das empresas cotadas na *Euronext Lisbon*, vai-se analisar apenas as empresas que integram o índice PSI20, que englobam um total de 18 empresas:

Tabela 1- Caracterização da Amostra

AMOSTRA
NOS, SGPS;
SONAE;
SEMAPA;
REN-REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SGPS, S.A;
THE NAVIGATOR COMPANY;
PHAROL, SGPS, S.A;
NOVABASE, SGPS;
MOTA-ENGIL, SGPS, SA ;
JERÓNIMO MARTINS SGPS, S.A;
IBERSOL, SGPS;
GALP ENERGIA-NOM;
RAMADA;
EDP;
CTT CORREIS PORTUGAL, S.A.;
CORTICEIRA AMORIM;
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS S.A. - Millennium BCP;
ALTRI SGPS;
EDP RENOVÁVEIS.

3.3 Variável Dependente

De acordo com a metodologia de Teixeira Lopes & Lima Rodrigues (2007), mencionada no estudo de Lemos, Rodrigues, & Ariza (2009), construiu-se um índice de divulgação (ID) que permitiu analisar o nível de divulgação da informação financeira referente aos instrumentos financeiros derivados, tendo como base a IFRS 7.

O ID contém um total de 37 itens classificados em cinco categorias principais. Como se pode verificar no Anexo I do presente trabalho, as cinco categorias são: políticas contabilísticas; informação específica sobre riscos decorrentes da utilização de instrumentos financeiros derivados; operações que não se qualificam para efeitos de contabilidade de cobertura; contabilidade de cobertura e o justo valor.

Verifica-se, aquando da análise aos Relatórios e Contas das empresas, se um dos itens é ou não divulgado, atribuindo-se a cada um dos itens uma ponderação de 0 ou 1, em que:

- 0 o item não é divulgado;
- e 1 o item é divulgado.

O ID trata-se de um índice não ponderado, ou seja, assume-se que todos os itens considerados têm o mesmo nível de importância para os diversos utilizadores das demonstrações financeiras. Desta forma, o valor do ID é obtido através da seguinte fórmula:

$$IDi = \sum_{j=1}^e ej/e$$

Fonte: Lemos, Rodrigues, & Ariza (2009)

Em que:

IDI Índice de Divulgação da empresa i;

ej Elemento de divulgação sobre instrumentos derivados j em análise.
Representa uma variável dicotómica, que assume o valor de 0, se o elemento j não é divulgado e o valor de 1, se o elemento j é divulgado.

e Número máximo de elementos analisados.

Tabela 2 – Legenda dos itens da fórmula para determinar o IDi

3.4 Variáveis Independentes

Com o objetivo de verificar se o nível de divulgação da informação financeira pode ser, de certa forma, influenciado pelas seguintes variáveis: endividamento; dimensão da empresa; rentabilidade e tipo de auditor, procede-se à análise das mesmas, tendo por base os estudos realizados por Lemos, Rodrigues, & Ariza (2009) e Pereira (2019).

3.4.1 Endividamento

O nível de endividamento influencia a quantidade de informação financeira divulgada, uma vez que, os custos de agência tendem a ser mais elevados em empresas com maior endividamento. Os custos de agência são custos provenientes da existência de conflitos de interesses numa organização, que surgem quando há a contratação de administradores que ficam responsáveis pela tomada de decisões e que entram em conflito com os interesses dos acionistas originando o denominado conflito de agência, que por sua vez, gerará o custo de agência. As empresas tendem a divulgar mais informação com objetivo de reduzir os custos de agência. É evidente que um nível mais elevado de endividamento provoca uma percepção mais aflorada de risco por parte dos investidores. Sendo assim, é de esperar que as empresas apresentem maior nível de divulgação da informação financeira (Jensen & Meckling, 1976).

Para se proceder ao estudo desta variável será utilizado o seguinte cálculo:

$$\textit{Endividamento} = \frac{\textit{Total do Passivo}}{\textit{Total do Ativo}}$$

Fonte: Lemos, Rodrigues, & Ariza (2009)

Para estudar a variável endividamento, apresentam-se as seguintes hipóteses:

H₀: Não existe uma relação significativa entre o endividamento da empresa e o nível de informação divulgada relativamente aos instrumentos financeiros derivados.

H₁: O nível de informação divulgada relativamente aos instrumentos financeiros derivados é maior no caso das empresas com menor endividamento.

3.4.2 Dimensão da Empresa

A variável independente “dimensão da empresa” é um fator de relevância para o nível de divulgação da informação financeira. As empresas que apresentam uma maior dimensão tendem a ter uma maior probabilidade de utilizarem instrumentos financeiros derivados, isto deve-se ao facto de se encontrarem mais expostas a riscos de mercado (Lemos, Rodrigues, & Ariza, 2009).

A dimensão de uma empresa pode ser medida através do número de trabalhadores, do volume de negócios ou do ativo total (Lemos, Rodrigues, & Ariza, 2009).

Hassan (2004), no seu estudo, utilizou o total do ativo para comprovar se a relação entre a dimensão da empresa e o nível da informação era significativa. Não havendo justificação teórica para fundamentar a utilização de uma determinada medida, no presente estudo, a variável “dimensão da empresa” vai ser representada pelo total do ativo anual de cada empresa.

Assim sendo, para a variável “dimensão da empresa”, as hipóteses em estudo são (Lemos, Rodrigues, & Ariza, 2009):

H₀: Não existe uma relação significativa entre a dimensão da empresa e o nível de divulgação de informação relativa aos instrumentos financeiros derivados.

H₁: As empresas de maior dimensão apresentam maior nível de divulgação de informação relativa aos instrumentos financeiros derivados.

3.4.3 Rentabilidade

A rentabilidade é a variável que vai medir a eficiência empresarial. De acordo com Bartram, Gregory, & Jennifer (2006), há evidências de que empresas com maior rentabilidade apresentam menor probabilidade de se envolverem em custos financeiros e, desta forma, apresentam menor possibilidade de usarem instrumentos financeiros derivados para efetuar coberturas de riscos. Contudo, quando os autores realizam uma análise univariada, chegam à conclusão de que existe evidência empírica da existência de uma associação positiva entre a variável rentabilidade e a utilização de instrumentos financeiros derivados.

No presente estudo, é utilizado apenas o rácio da rentabilidade dos capitais próprios para se proceder ao estudo da variável independente rentabilidade. Desta forma, será aplicada a seguinte fórmula para obtermos a rentabilidade dos capitais próprios:

$$\text{ROE} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Capital Próprio}} \times 100$$

Fonte: Lemos, Rodrigues, & Ariza (2009)

As hipóteses em estudo definidas para a variável rentabilidade são:

H₀: Não existe uma ligação significativa entre a rentabilidade da empresa e o nível de divulgação de informação relativa aos instrumentos financeiros derivados.

H₁: O nível de informação divulgada relativa aos instrumentos financeiros derivados é superior no caso das empresas que apresentem uma maior rentabilidade.

3.4.4 Tipo de Auditor

A variável “tipo de auditor” influencia a qualidade e o nível da informação divulgada nos Relatórios e Contas das entidades. Desta forma, é de esperar que o nível de informação divulgada aumente mediante a qualidade do auditor. As sociedades de auditoria apresentam uma preocupação acrescida relativamente à perceção que o mercado tem da sua qualidade, bem como das consequências que podem sofrer pelo facto de auditarem empresas que não divulgam toda a informação recomendada (Lemos, Rodrigues, & Ariza, 2009).

De acordo com Yang Lan, Wang, & Zhang (2013), os relatórios financeiros das empresas que sejam auditados por auditores com elevada reputação, sendo estes, pertencentes às *Big 4*⁴, são vistos como relatórios de grande credibilidade e qualidade. Ou seja, o facto da informação divulgada nos Relatórios e Contas ser auditada por uma *Big 4*, irá provocar um aumento no nível de informação divulgada e na sua qualidade, o que não acontece com os Relatórios e Contas que não são auditados por uma empresa de auditoria pertencente à *Big 4*.

⁴ *Big 4* é a terminologia utilizada quando se referem às quatro maiores empresas especializadas em auditoria e consultoria. As empresas que fazem parte deste grupo são: EY, PwC, Deloitte e KPMG (Queirós, 2015).

Desta forma, para estudar a variável, tipo de auditor, iremos investigar se as empresas em análise são auditadas por uma das *Big 4*. Assim, as hipóteses em estudo definem-se da seguinte maneira:

H₀: Não há uma relação significativa entre o tipo de auditor da empresa e o nível de divulgação da informação relativamente aos instrumentos financeiros derivados.

H₁: Há uma relação significativa entre o tipo de auditor da empresa e o nível de divulgação da informação relativamente aos instrumentos financeiros derivados.

3.5 Exclusão da Amostra

Após o estudo realizado ao Índice de Divulgação, concluiu-se que três empresas: a Pharol; a Galp Energia e a CTT não divulgam informação referente aos instrumentos financeiros derivados e, desta forma, estas empresas não vão ser incluídas no estudo.

Relativamente à auditoria efetuada nas empresas nos anos em estudo, concluiu-se que as empresas são auditadas por uma das *Big 4* e, desta forma, a variável “tipo de auditor” não vai ser incluída no estudo, uma vez que, não nos permite concluir se existe uma relação significativa entre o tipo de auditor da empresa e o nível de divulgação da informação relativamente aos instrumentos financeiros derivados, visto serem todas auditadas por uma *Big 4*.

Para o tratamento dos dados utiliza-se o programa estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) para se realizarem os testes estatísticos necessários para este estudo. Inicialmente, vai ser realizado um teste à normalidade dos dados através dos testes de *Shapiro-Wilk* (S-W) ou de *Kolmogorov-Smirnov* (K-S). Os testes K-S e S-W calculam o parâmetro *p-value*, que é entendido como a medida de concordância entre os dados e a hipótese nula (H₀: a amostra segue uma distribuição normal). Quanto menor for o valor do *p-value*, menor é a firmeza entre os dados e a hipótese nula. Sendo assim, a regra adotada para saber se, a distribuição é ou não normal, ocorre da seguinte forma: se o valor do *p-value* $\leq \alpha$, rejeita-se H₀, ou seja, não se pode admitir que o conjunto de dados apresenta distribuição normal se o valor do *p-value* $> \alpha$, não se rejeita H₀, ou seja, a distribuição normal é uma distribuição possível para o conjunto de dados em questão. Apesar de ser importante a realização destes dois

testes para testar a normalidade dos dados, o estudo vai concentrar-se no teste de S-W, visto estarmos a trabalhar com amostras pequenas (Lopes, Castelo Branco, & Soares, 2013).

Depois da verificação da normalidade das variáveis, vai analisar-se as correlações entre elas, que serão verificadas através da utilização dos Coeficientes de Correlação de *Spearman*, uma vez que, é o coeficiente mais robusto quando estamos perante amostras mais pequenas e este não apresenta sensibilidade quando existe a presença de *outliers*⁵ nas amostras. Desta forma, será analisado o Coeficiente de Correlação Linear de *Spearman*, dado pela letra R, com o objetivo de se escolherem as variáveis que apresentam uma forte correlação com o ID. O valor de R pode variar, de -1 a 1, e este valor mede o grau de associação linear entre as variáveis, ou seja, através do teste de hipóteses conseguimos verificar se, realmente, existe ou não correlação entre as variáveis. Uma correlação linear positiva com o ID ocorre quando existe uma correlação mais próxima de 1 (Martins, 2014).

Deste modo, as hipóteses consideradas para estudar a correlação entre as variáveis através do Coeficiente de Correlação de *Spearman* são (Pereira, 2019):

H₀: Não existe correlação entre as variáveis em estudo.

H₁: Existe correlação entre as variáveis em estudo.

⁵ Um *Outlier* é definido pela relação de distanciamento que tem com as restantes observações que fazem parte da amostra, pode-se denominar estas observações, por anormais, extremas, etc, (Figueira, 2012).

4. Análise aos Resultados

No seguimento da informação recolhida, são aplicados os testes estatísticos com o objetivo de estudar quais variáveis influenciam o nível de divulgação da informação financeira das empresas, que vão ser realizados através do programa estatístico SPSS.

4.1 Análise Bivariada

No presente estudo, estamos perante análises quantitativas e, desta forma, vai ser utilizada a análise bivariada relativa aos exercícios económicos de 2018-2020, visto ser a mais adequada para estas análises. Trata-se de uma técnica estatística que avalia a relação entre duas variáveis. No decorrer do estudo, vão-se apresentar e analisar os resultados globais de todas as empresas nos anos em estudo: 2018, 2019 e 2020.

A Tabela 3 apresenta o *output* relativo aos testes de normalidade das variáveis independentes para os três anos em estudo.

	Testes de Normalidade					
	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
Endividamento	,162	45	,005	,946	45	,034
Dimensão	,209	45	,000	,834	45	,000
Rentabilidade	,182	45	,001	,873	45	,000

a. Correlação de Significância de Lilliefors

Tabela 3 - *Output* Testes de Normalidade, SPSS (2022)

Considerando um nível de significância de 0,01, conclui-se que a variável “endividamento” segue distribuição normal, pois o *p-value* é superior ao nível de significância e, desta forma, não se rejeita H_0 , ou seja, a distribuição normal é uma distribuição possível para o conjunto de dados em questão. Relativamente às restantes variáveis, estas não seguem distribuição normal, uma vez que, ambas apresentam um valor do *p-value* inferior ao nível de significância. Desta forma, rejeitam-se as hipóteses nulas, ou seja, há evidência estatística de que não se pode admitir que o conjunto de dados apresenta distribuição normal.

Após se proceder à análise da normalidade, segue-se a análise à correlação das variáveis, a qual originou o *output* apresentado na Tabela 4, onde se encontra o Coeficiente de Correlação Ordinal de *Spearman*.

		Correlações			
		Índice_de_ Divulgação	Endividamento	Dimensão	Rentabilidade
Índice_de_Divulgação	Coeficiente de Correlação	1,000	,277	,489**	,263
	Sig. (2 extremidades)	.	,066	,001	,081
	N	45	45	45	45
Endividamento	Coeficiente de Correlação	,277	1,000	-,003	-,082
	Sig. (2 extremidades)	,066	.	,983	,594
	N	45	45	45	45
Dimensão	Coeficiente de Correlação	,489	-,003	1,000	-,032
	Sig. (2 extremidades)	,001	,983	.	,833
	N	45	45	45	45
Rentabilidade	Coeficiente de Correlação	,263	-,082	-,032	1,000
	Sig. (2 extremidades)	,081	,594	,833	.
	N	45	45	45	45

Tabela 4 - *Output* Coeficiente de Correlação de *Spearman*, SPSS (2022)

Ao analisar o Coeficiente de Correlação de *Spearman*, verifica-se que não existe uma correlação entre o índice de divulgação e as variáveis. No entanto, a variável “dimensão da empresa” é a variável que apresenta uma maior possibilidade de correlação com o ID, mas é apenas uma correlação moderada, visto o valor do coeficiente de correlação ainda estar distante de 1.

Tendo em conta um nível de significância de 5%, rejeita-se H_0 quando o *p-value* é inferior ao nível de significância. A variável “dimensão da empresa” apresenta um $p - value \cong \frac{0.001}{2} \cong 0,000 < \alpha (0,05)$ e a variável “rentabilidade” apresenta um $p - value \cong \frac{0.081}{2} \cong 0,041 < \alpha (0,05)$. Desta forma, conclui-se que há evidência estatística de que existe uma correlação entre o índice de divulgação e as variáveis “dimensão da empresa” e “rentabilidade”.

4.2 Análise Bivariada Anual

Apresentam-se, de seguida, os resultados dos testes realizados anteriormente, por cada ano de estudo.

	Testes de Normalidade						
	Ano	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
		Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
Endividamento	2018	,157	15	,200 [*]	,918	15	,182
	2019	,202	15	,102	,945	15	,452
	2020	,158	15	,200 [*]	,967	15	,810
Dimensão	2018	,204	15	,095	,850	15	,018
	2019	,205	15	,090	,842	15	,014
	2020	,210	15	,074	,848	15	,017
Rentabilidade	2018	,212	15	,068	,911	15	,139
	2019	,200	15	,111	,844	15	,014
	2020	,279	15	,003	,841	15	,013

Tabela 5 - *Output* Testes Normalidade para os 3 anos em estudo, SPSS (2022)

Supondo um nível de significância de 1%, conclui-se que, no ano de 2018, as variáveis “endividamento”, “dimensão da empresa” e “rentabilidade” seguem distribuição normal, ou seja, não se rejeita H_0 , pois o *p-value* é superior ao nível de significância.

Também no ano de 2019, conclui-se que as variáveis “endividamento”, “dimensão da empresa” e “rentabilidade” seguem distribuição normal, uma vez que, o *p-value* é superior ao nível de significância, logo, não se rejeita a hipótese nula.

Por fim no ano de 2020, conclui-se, assim como nos anos anteriores, que as três variáveis em estudo seguem distribuição normal, pois o *p-value* é superior ao nível de significância e, desta forma, não se rejeita H_0 .

Conclui-se assim, que para cada ano em estudo, as variáveis “endividamento”, “dimensão da empresa” e “rentabilidade” seguem distribuição normal.

4.2.1 Ano em Análise 2018

Através da Tabela 6, analisa-se o coeficiente de correlação de *Spearman* para o ano em estudo 2018.

		Correlações			
		Índice_de_ Divulgação	Endividamento	Dimensão	Rentabilidade
Índice_de_Divulgação	Coeficiente de Correlação	1,000	,278	,510	,090
	Sig. (2 extremidades)	.	,317	,052	,751
	N	15	15	15	15
Endividamento	Coeficiente de Correlação	,278	1,000	,039	-,221
	Sig. (2 extremidades)	,317	.	,889	,428
	N	15	15	15	15
Dimensão	Coeficiente de Correlação	,510	,039	1,000	,121
	Sig. (2 extremidades)	,052	,889	.	,666
	N	15	15	15	15
Rentabilidade	Coeficiente de Correlação	,090	-,221	,121	1,000
	Sig. (2 extremidades)	,751	,428	,666	.
	N	15	15	15	15

Tabela 6 - Output Coeficiente de Correlação de *Spearman* para o ano em estudo 2018, SPSS (2022)

Pode concluir-se, para um nível de significância de 5%, que existe correlação entre o índice de divulgação e a variável “dimensão da empresa”, pois esta apresenta um $p - value \cong \frac{0,052}{2} \cong 0,026 < \alpha (0,05)$, e como é inferior ao nível de significância rejeita-se H_0 . Desta forma, há evidência estatística de que existe correlação entre a variável “índice de divulgação” e a variável “dimensão da empresa”.

4.2.2 Ano em Análise 2019

Observa-se o coeficiente de correlação de *Spearman* para o ano em estudo 2019, na Tabela 7.

		Correlações			
		Índice_de_ Divulgação	Endividamento	Dimensão	Rentabilidade
Índice_de_Divulgação	Coeficiente de Correlação	1,000	,367	,489	,240
	Sig. (2 extremidades)	.	,178	,064	,389
	N	15	15	15	15
Endividamento	Coeficiente de Correlação	,367	1,000	,036	-,029
	Sig. (2 extremidades)	,178	.	,899	,919
	N	15	15	15	15
Dimensão	Coeficiente de Correlação	,489	,036	1,000	-,239
	Sig. (2 extremidades)	,064	,899	.	,390
	N	15	15	15	15
Rentabilidade	Coeficiente de Correlação	,240	-,029	-,239	1,000
	Sig. (2 extremidades)	,389	,919	,390	.
	N	15	15	15	15

Tabela 7 - Output Coeficiente de Correlação de *Spearman* para o ano em estudo 2019, SPSS (2022)

Conclui-se, para um nível de significância de 5%, que existe correlação entre o índice de divulgação e a variável “dimensão da empresa”, pois esta variável apresenta um $p - value \cong \frac{0.064}{2} \cong 0,032 < \alpha (0,05)$, e, desta forma, rejeita-se a hipótese nula, ou seja, há evidência estatística de que existe correlação entre a variável “índice de divulgação” e a variável “dimensão da empresa”.

4.2.3 Ano em Análise 2020

Na Tabela 8 estuda-se o coeficiente de correlação de *Spearman* para o ano em estudo, 2020.

		Índice_de_ Divulgação	Endividamento	Dimensão	Rentabilidade
Índice_de_Divulgação	Coeficiente de Correlação	1,000	,242	,498	,466
	Sig. (2 extremidades)	.	,385	,059	,080
	N	15	15	15	15
Endividamento	Coeficiente de Correlação	,242	1,000	-,057	,043
	Sig. (2 extremidades)	,385	.	,840	,879
	N	15	15	15	15
Dimensão	Coeficiente de Correlação	,498	-,057	1,000	-,068
	Sig. (2 extremidades)	,059	,840	.	,810
	N	15	15	15	15
Rentabilidade	Coeficiente de Correlação	,466	,043	-,068	1,000
	Sig. (2 extremidades)	,080	,879	,810	.
	N	15	15	15	15

Tabela 8 - *Output* Coeficiente de Correlação de *Spearman* para o ano em estudo 2020, SPSS (2022)

Pode concluir-se, para um nível de significância de 5%, que existe correlação entre o índice de divulgação e as variáveis “dimensão da empresa” e “rentabilidade”. A variável “dimensão da empresa” apresenta um $p - value \cong \frac{0.059}{2} \cong 0,030 < \alpha (0,05)$ e a variável “rentabilidade” apresenta um $p - value \cong \frac{0.080}{2} \cong 0,04 < \alpha (0,05)$, e, desta forma, conclui-se que há evidência estatística de que existe uma correlação entre o índice de divulgação e as variáveis “dimensão da empresa” e “rentabilidade”.

4.3 Análise do Nível de Divulgação por Conjuntos de Empresas

Após estudo ao índice de divulgação, concluímos que as três empresas Pharol, Galp Energia e CTT não divulgam informação referente aos instrumentos financeiros derivados. Desta forma, estas empresas não foram incluídas no estudo e, em contrapartida, as empresas EDP e EDP Renováveis são as que apresentam um maior número de itens divulgados.

Como as empresas em estudo não apresentam todas um comportamento homogêneo no que respeita ao nível de divulgação de informação financeira relativa aos instrumentos financeiros derivados, vai-se proceder à criação de grupos de empresas hierarquizados.

4.3.1 Análise por Clusters em função da variável Dimensão da Empresa

Vai-se analisar cada grupo de empresas num determinado ano, em relação à variável “dimensão da empresa”, uma vez que, foi a variável que melhor permitiu a comparação das empresas.

A divisão do número de casos por cada grupo ou *cluster* é realizada através do Método Hierárquico de *Clusters*, mais concretamente o método de *Ward*. O método de *Ward* é um processo de agrupamento de dados que forma grupos com o objetivo de atingir o menor erro interno, ou seja, o mínimo desvio padrão entre os dados de cada grupo (Dutra, Sperandio, & Coelho, 2015).

Para uma maior perceção relativamente ao comportamento das empresas, procede-se à realização de um gráfico de dispersão que analisa as empresas relativamente à variável “índice de divulgação” e à variável “dimensão da empresa”.

Através do Gráfico 1, conclui-se que a empresa Sonae pode representar um *outlier*, pois, comparativamente às restantes empresas, é a que apresenta uma maior dimensão. Desta forma, é de considerar que a empresa Sonae constitua separadamente um grupo. Podemos também concluir, com a análise da reta presente no gráfico, que esta apresenta uma tendência crescente, ou seja, quanto maior a dimensão das empresas, maior é o número de índices divulgados.

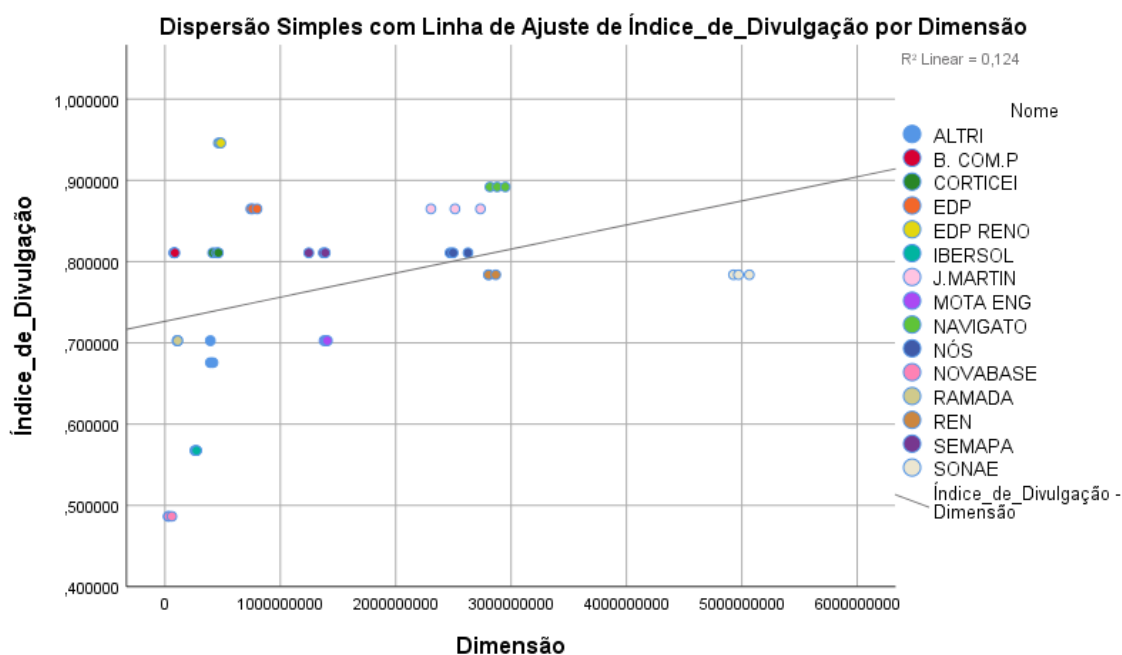


Gráfico 1 - Dispersão entre o Índice de Divulgação e a variável Dimensão, SPSS (2022)

Com a realização do Dendrograma que se encontra no Anexo III do presente estudo, conclui-se que há a possibilidade de existirem cinco grupos de *clusters*.

Desta forma, vai-se proceder à análise de cinco *clusters*, sendo estes constituídos pelas seguintes observações: o grupo 1 inclui 12 observações, o grupo 2 contém 3 observações, o grupo 3 apresenta 12 observações, o grupo 4 engloba 12 observações e, por fim, o grupo 5 com 6 observações.

Número de casos em cada cluster		
Cluster	1	12,000
	2	3,000
	3	12,000
	4	12,000
	5	6,000
Válido		45,000
Omisso		,000

Tabela 9 - Output Número de Observações por Cluster

Apresentando um total de 45 observações e conforme análise ao Anexo II, cada grupo engloba as seguintes empresas:

Grupo 1: NovaBase; RAMADA; BCP; Ibersol.
Grupo 2: SONAE.
Grupo 3: Altri; Corticeira; EDP Renováveis; EDP.
Grupo 4: J. Martins; NOS; REN; <i>The Navigator</i> .
Grupo 5: SEMAPA; Mota Engil.

Tabela 10 - Empresas por Cluster

Como já foi referido, para se proceder à divisão das empresas em grupos ou *clusters*, utilizou-se o Método Hierárquico de *Clusters*, mais concretamente o método de *Ward*. Como a variável “dimensão da empresa” foi a que permitiu a melhor comparação das empresas, esta foi a variável utilizada para a distribuição das empresas por grupos.

O *Output* apresentado de seguida diz respeito à Tabela 11 Anova, a qual vai permitir perceber se a variável “dimensão da empresa” interfere de facto com a variável “índice de divulgação”.

ANOVA						
Dimensão	Cluster		Erro		Z	Sig.
	Quadrado Médio	df	Quadrado Médio	df		
	21843747260063	4	20439327628827	40	1068,712	,000
	597000,000		852,000			

Tabela 11 - *Output* Anova, SPSS (2022)

Pela análise da Tabela 11, conclui-se que o $p - value \cong 0,00 < \alpha (0,05)$, logo rejeita-se a hipótese nula, isto é, há evidência estatística de que as empresas de maior dimensão apresentam um maior nível de divulgação de informação relativamente aos instrumentos financeiros derivados.

Desta forma, pode concluir-se que uma empresa com menor dimensão tende a ter um menor nível de divulgação de informação, assim como, uma empresa de elevada dimensão, apresenta tendência a ter um maior nível de divulgação de informação financeira relativamente aos instrumentos financeiros derivados. Ou seja, verifica-se que a variável “dimensão da empresa” apresenta impacto no nível de informação financeira divulgada pelas empresas para os anos em análise.

4.3.2 Análise por Clusters em função da variável Dimensão da Empresa por Ano de Estudo

De seguida, procede-se à análise dos grupos de empresas em função da variável “dimensão da empresa”, para cada ano de estudo. O objetivo é analisar se, ao longo dos três anos, existem mudanças no nível de divulgação dos instrumentos derivados, nos diferentes grupos.

4.3.2.1 Ano de estudo 2018

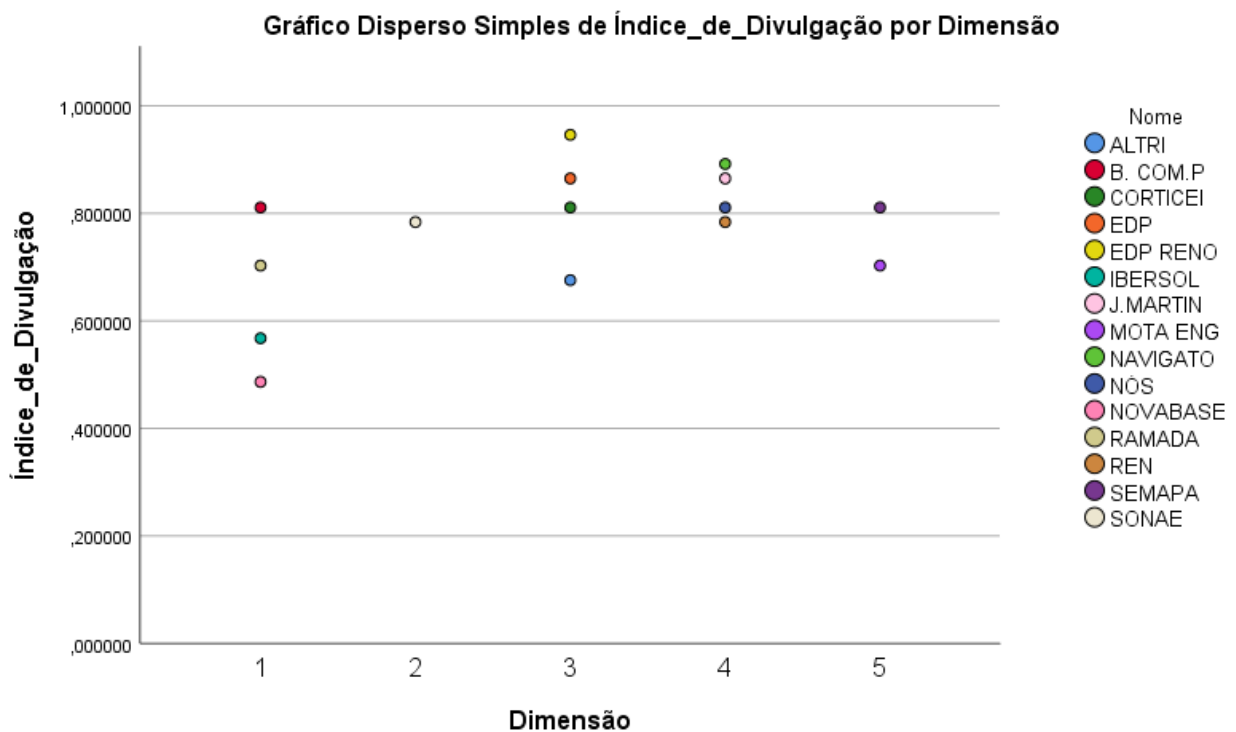


Gráfico 2 – Gráfico de dispersão do ano 2018, SPSS (2022)

Conclui-se, após análise do Gráfico 2, que as empresas EDP Renováveis, EDP, *The Navigator Company* e a Jerónimo Martins foram as empresas que apresentaram um elevado nível de divulgação para o ano de 2018. Por outro lado, a NovaBase foi a empresa que divulgou menos informação financeira.

4.3.2.2 Ano de estudo 2019

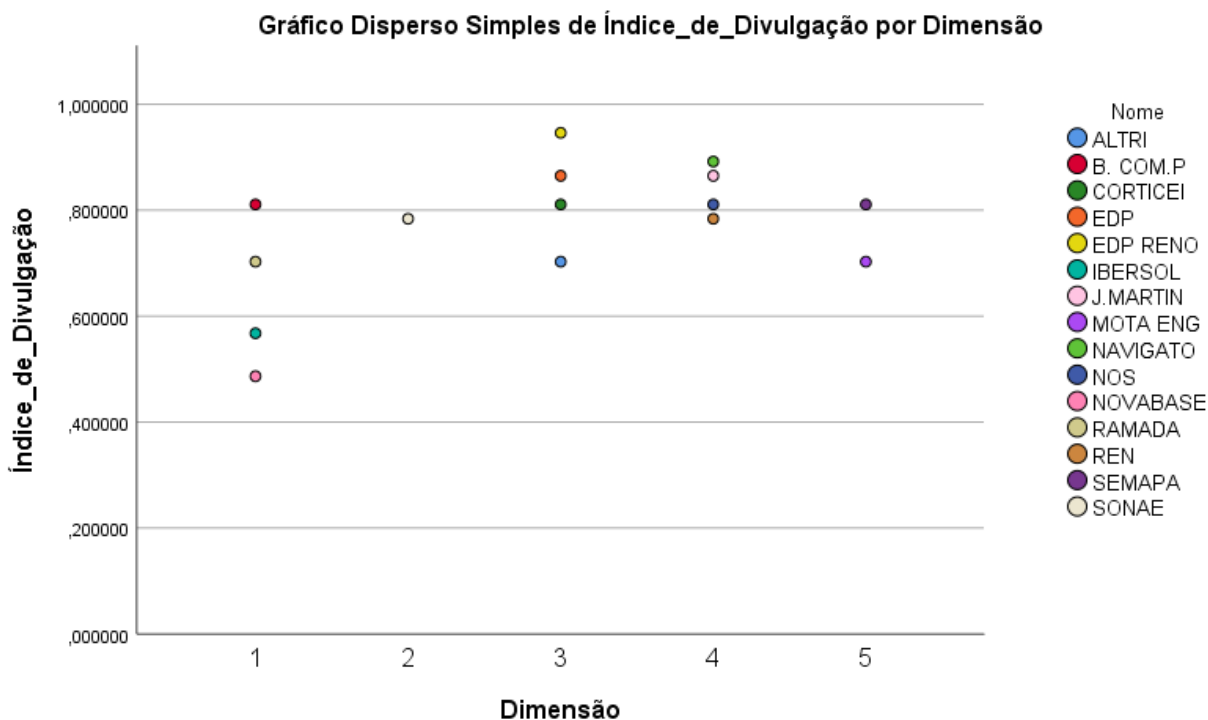


Gráfico 3 - Gráfico de dispersão do ano 2019, SPSS (2022)

No ano 2019, segundo a análise do Gráfico 3, verificamos, comparativamente ao ano 2018, que as empresas EDP Renováveis, EDP, *The Navigator Company* e a Jerónimo Martins, continuam a ser as empresas que apresentaram um maior nível de divulgação da informação financeira. Por contrapartida, a empresa Novabase foi também a que divulgou menor informação financeira.

4.3.2.3 Ano em estudo 2020

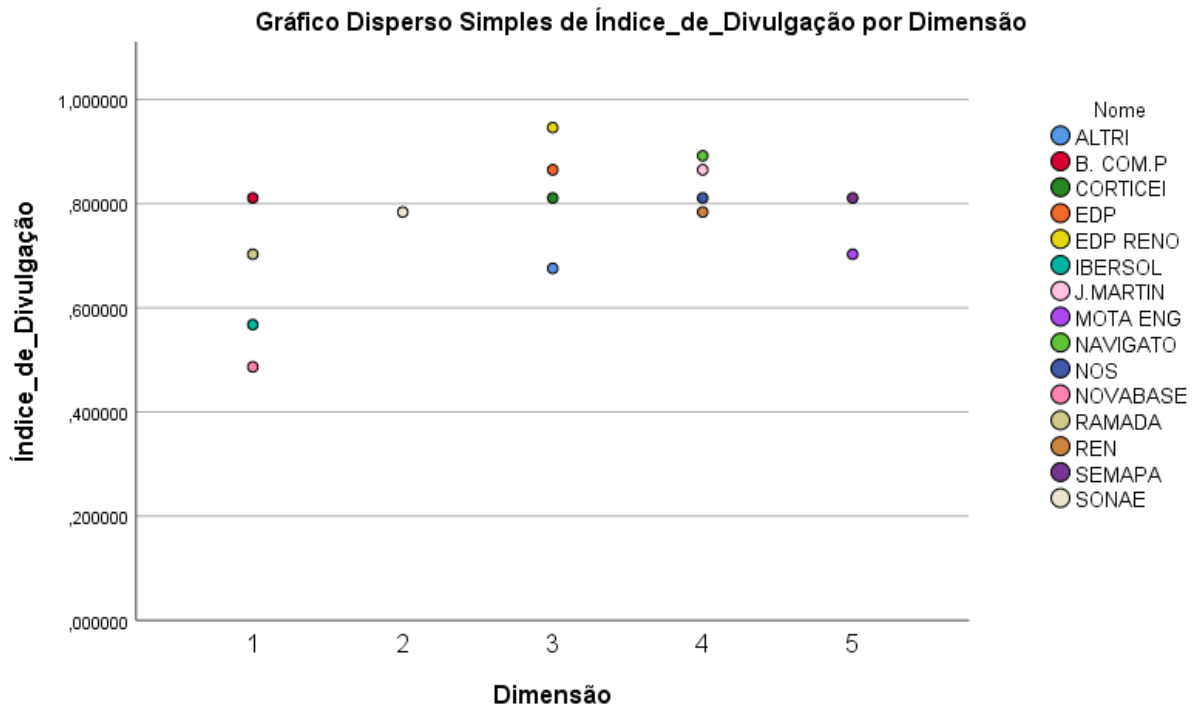


Gráfico 4 - Gráfico de dispersão do ano 2020, SPSS (2022)

Através do Gráfico 4, analisa-se, mais uma vez, que as empresas EDP Renováveis, EDP, *The Navigator Company* e a Jerónimo Martins foram as empresas que apresentaram um elevado nível de divulgação para o ano 2020. Para além disso, a empresa NovaBase continuou a ser a empresa que menos divulgou informação financeira.

Desta forma, pode concluir-se que as empresas apresentam, praticamente, os mesmos níveis de divulgação da informação financeira no decorrer dos três anos.

5. Conclusão

Os instrumentos financeiros de derivados são considerados de elevada importância, uma vez que, são muitas vezes utilizados para a cobertura de riscos financeiros (Antunes, 2008).

Este facto impulsionou, a nível internacional, o crescimento de normas mais exigentes e minuciosas relativamente aos instrumentos financeiros derivados, provocando um aumento da quantidade e qualidade da divulgação da informação financeira das empresas relativamente a derivados (Ferreira, 2008).

O presente estudo tem como objetivo a análise aos fatores que apresentam impacto no nível de informação financeira divulgada das empresas cotadas no índice PSI20, na *Euronext Lisbon*, relativamente aos instrumentos financeiros. Desta forma, foi analisada a forma como as empresas divulgam a sua informação financeira no que diz respeito aos instrumentos financeiros derivados e quais as variáveis que a influenciam.

Para realizar o presente estudo foi utilizado um conjunto de índices baseado nos estudos de Lemos, Rodrigues, & Ariza (2009) e de Pereira (2019), seguindo a IFRS 7. Este índice de divulgação contém 37 itens, classificados em cinco categorias.

Analisaram-se os Relatórios e Contas das empresas em estudo, nos quais se recolheram os elementos das variáveis: endividamento; dimensão da empresa; rentabilidade e o tipo de auditor. Após ser realizada a recolha dos dados, aplicaram-se testes e técnicas estatísticas realizadas no programa estatístico SPSS com o intuito de estudar o comportamento das empresas em relação às variáveis.

Foi realizada uma análise bivariada relativa aos anos de 2018 a 2020, que evidenciou, após a observação do coeficiente de correlação de *Spearman*, que a variável a apresentar uma maior possibilidade de correlação com o índice de divulgação, apesar de moderada, é a variável “dimensão da empresa”. Com a análise ao valor do *p-value*, concluiu-se que havia evidência estatística de correlação entre o índice de divulgação e as variáveis “dimensão da empresa” e “rentabilidade”. Ao proceder-se à análise anual, verificou-se que nos anos 2018 e 2019 houve uma correlação entre o índice de divulgação e as variáveis “dimensão da empresa”. No entanto, apenas no ano 2020, houve correlação entre o índice de divulgação e as variáveis “dimensão da empresa” e “rentabilidade”.

As empresas não apresentam um comportamento homogéneo e, desta forma, utilizou-se o método de *Ward* a fim de se proceder à criação de cinco grupos de empresas hierarquizados, conforme Anexo II do presente trabalho, permitindo a análise de cada grupo de empresas em relação à variável “dimensão da empresa”.

Realizada a análise dos *clusters*, verifica-se que as empresas EDP Renováveis, EDP, *The Navigator Company* e a Jerónimo Martins são as que apresentam um maior nível de divulgação naqueles anos. Em contrapartida, a empresa NovaBase é a que apresenta um menor nível de divulgação.

Assim, a variável que melhor explica o nível de informação financeira divulgada é a variável “dimensão da empresa”, uma vez que se verificou que as empresas com maior dimensão, tendem a apresentar maior nível de informação.

A leitura dos resultados vai ao encontro das conclusões verificadas nos estudos realizados por Lemos, Rodrigues, & Ariza (2009) e por Pereira (2019). No estudo realizado por Lemos, Rodrigues, & Ariza (2009) chegou-se à conclusão, quando realizaram uma análise multivariada, de que o fator que explica o nível de informação divulgada é a dimensão da empresa. Também no estudo elaborado por Pereira (2019) chegou-se à conclusão de que, quanto maior é a dimensão da empresa, maior é a probabilidade de a empresa prestar informações relativamente aos instrumentos financeiros derivados.

O presente estudo fornece importantes contributos para a compreensão da forma como as empresas do PSI20 divulgam a sua informação financeira e perceber que o fator que pode, de certa forma, influenciar a sua divulgação é a dimensão da empresa. Assim, este estudo pode ser útil aos reguladores de mercado, aos organismos normalizadores e aos utilizadores da informação financeira, ou seja, à CMVM, ao Banco de Portugal e à Comissão de Normalização Contabilística. Também é importante para analistas financeiros, contabilistas, avaliadores de empresas e investidores.

De referir, porém, que qualquer estudo apresenta certas limitações. No presente estudo, apresenta-se como limitação estar-se perante uma pequena amostra, quando comparado com outras investigações. É importante realçar, também, que as empresas em estudo não apresentam todas o mesmo comportamento, pelo simples facto de serem de setores de atividade diferentes.

Outra limitação sentida na realização deste estudo deveu-se à informação que constava nos Relatórios e Contas, que nem sempre se encontrava muito explícita, o que gerou, muitas vezes, insegurança na análise dos requisitos. Desta forma, estas limitações podem ter um impacto nas conclusões tiradas.

A sugestão deixada para investigações futuras é a realização de um estudo em que se dividiriam as empresas entre empresas cotadas no índice do PSI20 e empresas não cotadas no índice do PSI20 para se analisarem os resultados, que podem estar, de certa forma, a ser influenciados por algum grupo.

Após a realização do presente estudo, pode concluir-se que os objetivos traçados no início do estudo foram alcançados e que foi um trabalho aliciente que permitiu o aprofundamento e aprimoração de conhecimentos.

Em termos de objetivo pessoal, a realização do presente trabalho assentou em verificar se, os resultados a que os estudos anteriormente realizados chegaram, se mantinham ou se haveria alguma alteração nas variáveis explicativas. Chegou-se à verificação de que não houve muita alteração, porém, a variável “rentabilidade” apresentou correlação com o índice de divulgação na análise ao ano 2020, o que pode ser um indício de que empresas com maior rentabilidade, nos dias de hoje, tendem a apresentar maior nível de informação financeira divulgada.

6. Bibliografia

- Andekina, R., & Adambekova, A. (01 de janeiro de 2013). Financial Market and its Definitions: Transformation of Scientific Concepts. *World Applied Sciences Journal 27 (Education, Law, Economics, Language and Communication)*, 12-16. Obtido em 2 de maio de 2021, de https://www.academia.edu/10450841/Financial_Market_and_its_Definitions_Transformation_of_Scientific_Concepts
- Antunes, J. A. (agosto de 2008). Os Derivados. *Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários*, pp. 91-136. Obtido em 15 de maio de 2021, de <https://www.cmvm.pt/pt/EstatisticasEstudosEPublicacoes/CadernosDoMercadoDeValoresMobiliarios/Documents/C30Artigo4.pdf>
- Bartram, S. M., G. W., & J. C. (2006). *The Effects of Derivatives on Firm Risk and Value*. Munich Personal RePEc Archive. Obtido em 2 de junho de 2021, de https://mpra.ub.uni-muenchen.de/9831/1/MPRA_paper_9831.pdf
- Branco, A. L. (2008). *A produção de Soja no Brasil: Uma análise econométrica no período de 1994-2008*. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Economia e Administração Faculdade de Ciências Econômicas. Obtido em 15 de junho de 2021, de <https://livrariapublica.com.br/dominio-publico/ea00457a.pdf>
- Chalmers, K. (2001). The progression from voluntary to mandatory derivative instrument disclosures – look who’s talking. *Australian Accounting Review*, 11. 1(34-44).
- Chen, M. (agosto de 2012). On Information Creation and Its Effect in Incomplete Financial Markets. *Technology and Investment*, 03(03), pp. 149-153. Obtido em 16 de maio de 2021, de <http://www.scirp.org/journal/doi.aspx?DOI=10.4236/ti.2012.33020>
- CMVM. (2021). *CMVM - Prevenção da fraude*. Obtido em 16 de maio de 2021, de <https://www.cmvm.pt/pt/AreadoInvestidor/fraude/Fraude/Pages/A-Fraude-no-investimento-em-valores-mobili%C3%A1rios.aspx>

CMVM. (1 de junho de 2021). *CMVM - Recomendações da CMVM sobre Relatórios de Análise Financeira sobre Instrumentos Financeiros (Research)*. Obtido de [https://www.cmvm.pt/pt/Legislacao/Legislacaonacional/Recomendacoes/Anexos/Pages/Recomenda%C3%A7%C3%B5es-da-CMVM-sobre-Relat%C3%B3rios-de-An%C3%A1lise-Financeira-sobre-Instrumentos-Financeiros-\(Research.aspx](https://www.cmvm.pt/pt/Legislacao/Legislacaonacional/Recomendacoes/Anexos/Pages/Recomenda%C3%A7%C3%B5es-da-CMVM-sobre-Relat%C3%B3rios-de-An%C3%A1lise-Financeira-sobre-Instrumentos-Financeiros-(Research.aspx)

Contabilística, C. d. (2013). *IAS/IFRS Adoptadas na UE*. Obtido em 5 de junho de 2021, de <http://www.cnc.min-financas.pt/ias.html>

Costa, C., & Alves, G. (2014). *Contabilidade Financeira* (Vol. 9ª Edição). Lisboa: Rei dos Livros.

Custódio, C., & Mota, A. G. (2008). *Finanças da Empresa* (4ª ed.). (S. Deplano Network, Ed.) Lisboa.

Dagostini, L., Maíke Baule, T., Klann, R., & Moura, G. (10 de maio de 2017). Fatores Determinantes para utilização do Hedge em Companhias. 28(2), 101-120. Universidade Federal de Minas Gerais: Revista Contabilidade Vista e Revista. Obtido em 25 de maio de 2021, de <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/4657>

Drakopoulou, V. (3 de dezembro de 2014). Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities. *Journal of Financial Risk Management*, 3, 151-165. Obtido em 20 de maio de 2021, de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2529821

Dutra, R., Sperandio, M., & Coelho, J. (12 de março de 2015). O Método Ward de Agrupamento de Dados e sua Aplicação em Associação com os Mapas Auto-Organizáveis de Kohonen. pp. 1-13. Obtido em 23 de março de 2022, de https://www.researchgate.net/profile/Mauricio-Sperandio/publication/265916144_O_Metodo_Ward_de_Agrupamento_de_Dados_e_sua_Aplicacao_em_Associacao_com_os_Mapas_Auto-Organizaveis_de_Kohonen/links/5501b58f0cf24cee39f8822f/O-Metodo-Ward-de-Agrupamento-de-Dado

Esteves, J. C. (2013). *Contratos de Swap Revisitados*. Obtido em 25 de maio de 2021, de Caderno do Mercado de Valores Mobiliários:

<http://www.cmvm.pt/pt/EstatisticasEstudosEPublicacoes/CadernosDoMercadoDeValoresMobiliarios/Documents/Artigo4Cadernos44.pdf>

Ferreira, D. (2008). *Futuros e Outros Derivados - Ganhar e não perder nas bolsas e nos mercados OTC*. Lisboa: Edições Sílabo.

Figueira, M. (2012). Identificação de Outliers. Repositório Científico do Instituto Politecnico de Viseu. Obtido em 15 de fevereiro de 2022, de <https://core.ac.uk/download/pdf/70643324.pdf>

Gonçalves, C. (setembro de 2011). *A questão do mercado e as questões que coloca face à actual crise*, 16(2), pp. 1-10. Obtido em 17 de abril de 2021, de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/egg/v16n2/v16n2a02.pdf>

Hassan, M. S. (2004). *The information quality of derivative disclosure in corporate annual reports of Australian firms in the extractive industries*. Dissertação, School of Accountancy at Queensland University of Technology. Obtido em 15 de julho de 2021, de https://www.academia.edu/2416026/Information_Quality_of_Derivative_Disclosures_by_Australian_Firms_in_the_Extractive_Industries1

Houssou, R., Bovay, J., & Robert, S. (dezembro de 2019). *Adaptive Financial Fraud Detection in Imbalanced Data with Time-Varying Poisson Processes*, 08(04), pp. 286-304. Obtido em 16 de maio de 2021, de <https://www.scirp.org/journal/doi.aspx?doi=10.4236/jfrm.2019.84020>

Jensen, & Meckling. (1 de outubro de 1976). Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics*, V. 3(No. 4.), pp. 305-360. Obtido em 11 de outubro de 2021, de <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/0304405X7690026X?token=162B66FC282BDE5ADAFF0BB3ACF4D11EB21387A98249ABCE4A3324E3E44CF1F92C67E2D4705D0B2E62631195286B0AF0&originRegion=eu-west-1&originCreation=20220729230252>

Joo, B. A., & Durri, K. (agosto de 2018). Impact of Psychological Traits on Rationality of Individual Investors. *Theoretical Economics Letters*, 08(11), pp. 1973-1986. Obtido em

16 de maio de 2021, de
<http://www.scirp.org/journal/doi.aspx?DOI=10.4236/tel.2018.811129>

Jornal Oficial da União Europeia. (2021). *Norma Internacional de Relato Financeiro 7*. Obtido em 3 de junho de 2021, de https://www.oroc.pt/uploads/normativo_tecnico/contabilidade/IFRS/IFRS%207.pdf

Khan, M. (5 de dezembro de 2018). Risk Management Disclosure: Evidence from the UK Banks. *Journal of Higher Education Service Science and Management*, 1, 9. Obtido em 9 de julho de 2021, de <http://joherd.com/journals/index.php/JoHESSM/article/view/8/1>

Lemos, K. M., Rodrigues, L. L., & Ariza, L. R. (2009). *Determinantes do nível de divulgação de informação sobre instrumentos derivados. Evidência empírica no mercado de capitais portugueses*. Polytechnical Studies Review. Obtido em 28 de julho de 2021, de <https://www.intercostos.org/documentos/apellidos/Matos.pdf>

Lemos, S., & Malaquias, R. (2013). *Disclosure de instrumentos financeiros segundo as normas internacionais de*. Brazilian Business Review. Obtido em 25 de agosto de 2021, de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/13259/disclosure-de-instrumentos-financeiros-segundo-as-normas-internacionais-de-contabilidade--evidencias-empiricas-de-empresas-brasileiras>

Lobão, J. (1 de janeiro de 2017). *Comportamentos de Jogo e de Especulação Financeira: Uma Perspetiva Ética e de Regulação*, pp. 279-302. Obtido em 1 de maio de 2021, de https://www.researchgate.net/publication/341050059_Comportamentos_de_Jogo_e_d_e_Especulacao_Financeira_Uma_Perspectiva_Etica_e_de_Regulacao

Lopes, M., Castelo Branco, V., & Soares, J. (6 de junho de 2013). Utilização dos testes estatísticos de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk para verificação da normalidade para materiais de pavimentação. 21, pp. 59-66. Obtido em 10 de janeiro de 2022, de https://www.researchgate.net/publication/267508039_Utilizacao_dos_testes_estatisticos_de_Kolmogorov-Smirnov_e_Shapiro-Wilk_para_verificacao_da_normalidade_para_materiais_de_pavimentacao

Lopes, P., & Rodrigues, L. (2007). Accounting for financial instruments: An analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange. *The International Journal*

- of Accounting*, 25-56. Obtido em 1 de setembro de 2021, de https://www.fep.up.pt/docentes/patricia/paper_EAA05.pdf
- markets, E. L. (2021). *Indices Documents*. Obtido em 2 de junho de 2021, de <https://live.euronext.com/en/products-indices/index-factsheets>
- Marshall, A., & Weetman, P. (28 de fevereiro de 2002). Information asymmetry in disclosure of foreign exchange risk management: can regulation be effective? *Journal of Economics and Business*, 54, 31-53. Obtido em 18 de junho de 2021, de <https://isiarticles.com/bundles/Article/pre/pdf/79842.pdf>
- Martins, M. E. (junho de 2014). Coeficiente de correlação amostral. 2(2), 1-2. *Revista de Ciência Elementar*. Obtido em 16 de março de 2022, de https://www.fc.up.pt/pessoas/jfgomes/pdf/vol_2_num_2_69_art_coeficienteCorrelacaoAmostral.pdf
- Nunes, S. (2014). *A divulgação sobre Instrumentos Derivados: Evidência Empírica do Setor da Indústria Português*. Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Lisboa. Obtido em 22 de junho de 2021, de <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/4603/1/DISSERTA%20SOBRE%20INSTRUMENTOS%20DERIVADOS.pdf>
- Pereira, C. F. (2019). *Cumprimento dos Requisitos de Divulgação dos Instrumentos Financeiros Derivados - Estudo de Caso das Empresas do PSI20*. Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Setúbal. Obtido em 15 de novembro de 2021, de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/30487/1/Disserta%20Clarisse%20Pereira.pdf>
- Porto Editora. (2015). *SNC - Sistema de Normalização Contabilística* (6 ed.).
- Queirós, J. (2015). *Consultoria de Gestão das “Big Four”*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Economia e Gestão. Obtido em 5 de maio de 2022, de <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/19344/1/Consultoria%20de%20Gest%20das%20Big%20Four.pdf>

- Silva, M. M. (2010). Algumas Considerações sobre a Especulação nos Mercados Financeiros. 1-10. GPEARI - MFAP. Obtido em 9 de maio de 2021, de <https://www.gpeari.gov.pt/documents/35086/84263/artigo-10-2010-Algumas-Consideracoes-sobre-a.pdf/5b2b6026-82fc-6af0-1464-c87c32016072?t=1591636381310>
- Silva, R. B. (2016). Abordagem Histórica da Bolsa de Valores. *4(1)*, 175-180. Revista Maiêutica. Obtido em 4 de maio de 2022, de http://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/GESTAO_EaD/article/view/1590/719
- Yang Lan, L., Wang, L., & Zhang, X. (dezembro de 2013). Determinants and features of voluntary disclosure in the Chinese stock market. 265-285. Obtido em 20 de outubro de 2021, de https://www.researchgate.net/publication/259165402_Determinants_and_features_of_voluntary_disclosure_in_the_Chinese_stock_market/link/02a59d690cf276f46e582227/download

ANEXOS

Anexo I – Estudo do Índice de Divulgação das empresas do PSI 20 para os anos: 2018, 2019 e 2020.

Fonte: *Elaboração com suporte nos estudos de Lemos, Rodrigues, & Ariza (2009), Pereira (2019) e na IFRS 7*

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS
ID 1 Intenções de detenção ou contratação de derivados
ID 2 Políticas e métodos contabilísticos utilizados
ID 3 Base de mensuração
ID 4 Identificação dos instrumentos derivados transacionados
INFORMAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE RISCOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS
ID 5 Exposição ao risco
ID 6 Separação por categorias de riscos
ID 7 Descrição dos riscos
ID 8 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos
ID 9 Métodos utilizados para mensurar o risco
ID 10 Grau de exposição máxima ao risco de crédito referente à utilização de derivados
ID 11 Análise à maturidade contratual
ID 12 Procedimento de gestão do risco de liquidez
ID 13 Análise de sensibilidade ao risco cambial
ID 14 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco cambial
ID 15 Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro
ID 16 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco de taxa de juro
ID 17 Análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço
ID 18 Procedimentos utilizados na análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço
OPERAÇÕES QUE NÃO SE QUALIFICAM PARA EFEITOS DE CONTABILIDADE DE COBERTURA
ID 19 Ganhos ou perdas obtidas durante o exercício
CONTABILIDADE DE COBERTURA
ID 20 Descrição de cada tipo de cobertura
ID 21 Descrição dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura

ID 22	Justos valores dos instrumentos de cobertura à data de relato
ID 23	Natureza dos riscos cobertos
Cobertura de fluxos de caixa	
ID 24	Períodos estimados que os fluxos de caixa ocorram
ID 25	Período estimado para que as operações venham a afetar os resultados
ID 26	Descrição das transações previstas relativamente às quais tenha sido antecipadamente usada a contabilidade de cobertura, mas que já não existe a possibilidade que ocorram
ID 27	Quantia escriturada no capital próprio para ganhos ou perdas incorridas no exercício
ID 28	Quantia transferida do capital próprio e incluída nos resultados do período
ID 29	Quantia que foi removida do capital próprio no período e incluída nos custos iniciais ou outra quantia escriturada de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, cuja, aquisição ou ocorrência seja, uma transação coberta prevista e altamente provável
ID 30	Divulgação da ineficácia reconhecida nos resultados decorrente da cobertura de fluxos de caixa
Cobertura de justo valor	
ID 31	Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o instrumento de cobertura
ID 32	Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o item coberto, atribuível ao risco coberto
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras	
ID 33	A ineficácia reconhecida nos resultados decorrente das coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras
JUSTO VALOR	
ID 34	Justo valor dos instrumentos financeiros derivados
ID 35	Métodos e técnicas adotados na determinação do justo valor
ID 36	Pressupostos aplicados na determinação dos justos valores
ID 37	Nível hierárquico do justo valor dos instrumentos derivados

Tabela 12- Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados

NOS, SGPS	2018	2019	2020
Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados			
POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS			
ID 1 Intenções de detenção ou contratação de derivados	1	1	1
ID 2 Políticas e métodos contabilísticos utilizados	1	1	1
ID 3 Base de mensuração	1	1	1
ID 4 Identificação dos instrumentos derivados transacionados	1	1	1
INFORMAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE RISCOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS			
ID 5 Exposição ao risco	1	1	1
ID 6 Separação por categorias de riscos	1	1	1
ID 7 Descrição dos riscos	1	1	1
ID 8 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos	1	1	1
ID 9 Métodos utilizados para mensurar o risco	1	1	1
ID 10 Grau de exposição máxima ao risco de crédito referente à utilização de derivados	1	1	1
ID 11 Análise à maturidade contratual	1	1	1
ID 12 Procedimento de gestão do risco de liquidez	1	1	1
ID 13 Análise de sensibilidade ao risco cambial	1	1	1
ID 14 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco cambial	1	1	1
ID 15 Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro	1	1	1
ID 16 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco de taxa de juro	1	1	1
ID 17 Análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
ID 18 Procedimentos utilizados na análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
OPERAÇÕES QUE NÃO SE QUALIFICAM PARA EFEITOS DE CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 19 Ganhos ou perdas obtidas durante o exercício	0	0	0
CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 20 Descrição de cada tipo de cobertura	1	1	1
ID 21 Descrição dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura	1	1	1
ID 22 Justos valores dos instrumentos de cobertura à data de relato	1	1	1
ID 23 Natureza dos riscos cobertos	1	1	1
Cobertura de fluxos de caixa			
ID 24 Períodos estimados que os fluxos de caixa ocorram	1	1	1
ID 25 Período estimado para que as operações venham a afetar os resultados	1	1	1
ID 26 Descrição das transações previstas relativamente às quais tenha sido antecipadamente usada a contabilidade de cobertura, mas que já não existe a possibilidade que ocorram	0	0	0
ID 27 Quantia escriturada no capital próprio para ganhos ou perdas incorridas no exercício	1	1	1
ID 28 Quantia transferida do capital próprio e incluída nos resultados do período	1	1	1
ID 29 Quantia que foi removida do capital próprio no período e incluída nos custos iniciais ou outra quantia escriturada de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, cuja aquisição ou ocorrência seja, uma transação coberta prevista e altamente provável	0	0	0
ID 30 Divulgação da ineficácia reconhecida nos resultados decorrente da cobertura de fluxos de caixa	0	0	0
Cobertura de justo valor			
ID 31 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o instrumento de cobertura	1	1	1
ID 32 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o item coberto, atribuível ao risco coberto	1	1	1
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras			
ID 33 A ineficácia reconhecida nos resultados decorrente das coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras	0	0	0
JUSTO VALOR			
ID 34 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados	1	1	1
ID 35 Métodos e técnicas adotados na determinação do justo valor	1	1	1
ID 36 Pressupostos aplicados na determinação dos justos valores	1	1	1
ID 37 Nível hierárquico do justo valor dos instrumentos derivados	1	1	1
TOTAL	30	30	30

Tabela 13- Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa NOS, SGPS

SONAE	2018	2019	2020
Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados			
POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS			
ID 1 Intenções de detenção ou contratação de derivados	1	1	1
ID 2 Políticas e métodos contabilísticos utilizados	1	1	1
ID 3 Base de mensuração	1	1	1
ID 4 Identificação dos instrumentos derivados transacionados	1	1	1
INFORMAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE RISCOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS			
ID 5 Exposição ao risco	1	1	1
ID 6 Separação por categorias de riscos	1	1	1
ID 7 Descrição dos riscos	1	1	1
ID 8 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos	1	1	1
ID 9 Métodos utilizados para mensurar o risco	1	1	1
ID 10 Grau de exposição máxima ao risco de crédito referente à utilização de derivados	1	1	1
ID 11 Análise à maturidade contratual	1	1	1
ID 12 Procedimento de gestão do risco de liquidez	1	1	1
ID 13 Análise de sensibilidade ao risco cambial	1	1	1
ID 14 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco cambial	1	1	1
ID 15 Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro	1	1	1
ID 16 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco de taxa de juro	1	1	1
ID 17 Análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
ID 18 Procedimentos utilizados na análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
OPERAÇÕES QUE NÃO SE QUALIFICAM PARA EFEITOS DE CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 19 Ganhos ou perdas obtidas durante o exercício	0	0	0
CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 20 Descrição de cada tipo de cobertura	1	1	1
ID 21 Descrição dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura	1	1	1
ID 22 Justos valores dos instrumentos de cobertura à data de relato	1	1	1
ID 23 Natureza dos riscos cobertos	1	1	1
Cobertura de fluxos de caixa			
ID 24 Períodos estimados que os fluxos de caixa ocorram	0	0	0
ID 25 Período estimado para que as operações venham a afetar os resultados	0	0	0
ID 26 Descrição das transações previstas relativamente às quais tenha sido antecipadamente usada a contabilidade de cobertura, mas que já não existe a possibilidade que ocorram	0	0	0
ID 27 Quantia escriturada no capital próprio para ganhos ou perdas incorridas no exercício	1	1	1
ID 28 Quantia transferida do capital próprio e incluída nos resultados do período	1	1	1
ID 29 Quantia que foi removida do capital próprio no período e incluída nos custos iniciais ou outra quantia escriturada de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, cuja aquisição ou ocorrência seja, uma transação coberta prevista e altamente provável	0	0	0
ID 30 Divulgação da ineficácia reconhecida nos resultados decorrente da cobertura de fluxos de caixa	1	1	1
Cobertura de justo valor			
ID 31 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o instrumento de cobertura	1	1	1
ID 32 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o item coberto, atribuível ao risco coberto	1	1	1
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras			
ID 33 A ineficácia reconhecida nos resultados decorrente das coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras	0	0	0
JUSTO VALOR			
ID 34 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados	1	1	1
ID 35 Métodos e técnicas adotados na determinação do justo valor	1	1	1
ID 36 Pressupostos aplicados na determinação dos justos valores	1	1	1
ID 37 Nível hierárquico do justo valor dos instrumentos derivados	1	1	1
TOTAL	29	29	29

Tabela 14- Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa SONAE

SEMAPA	2018	2019	2020
Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados			
POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS			
ID 1 Intenções de detenção ou contratação de derivados	1	1	1
ID 2 Políticas e métodos contabilísticos utilizados	1	1	1
ID 3 Base de mensuração	1	1	1
ID 4 Identificação dos instrumentos derivados transacionados	1	1	1
INFORMAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE RISCOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS			
ID 5 Exposição ao risco	1	1	1
ID 6 Separação por categorias de riscos	1	1	1
ID 7 Descrição dos riscos	1	1	1
ID 8 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos	1	1	1
ID 9 Métodos utilizados para mensurar o risco	0	0	0
ID 10 Grau de exposição máxima ao risco de crédito referente à utilização de derivados	1	1	1
ID 11 Análise à maturidade contratual	1	1	1
ID 12 Procedimento de gestão do risco de liquidez	1	1	1
ID 13 Análise de sensibilidade ao risco cambial	1	1	0
ID 14 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco cambial	0	0	0
ID 15 Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro	1	1	1
ID 16 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco de taxa de juro	1	1	1
ID 17 Análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
ID 18 Procedimentos utilizados na análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
OPERAÇÕES QUE NÃO SE QUALIFICAM PARA EFEITOS DE CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 19 Ganhos ou perdas obtidas durante o exercício	1	1	1
CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 20 Descrição de cada tipo de cobertura	1	1	1
ID 21 Descrição dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura	1	1	1
ID 22 Justos valores dos instrumentos de cobertura à data de relato	1	1	1
ID 23 Natureza dos riscos cobertos	1	1	1
Cobertura de fluxos de caixa			
ID 24 Períodos estimados que os fluxos de caixa ocorram	1	1	1
ID 25 Período estimado para que as operações venham a afetar os resultados	1	1	1
ID 26 Descrição das transações previstas relativamente às quais tenha sido antecipadamente usada a contabilidade de cobertura, mas que já não existe a possibilidade que ocorram	1	1	1
ID 27 Quantia escriturada no capital próprio para ganhos ou perdas incorridas no exercício	1	1	1
ID 28 Quantia transferida do capital próprio e incluída nos resultados do período	0	0	0
ID 29 Quantia que foi removida do capital próprio no período e incluída nos custos iniciais ou outra quantia escriturada de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, cuja, aquisição ou ocorrência seja, uma transação coberta prevista e altamente provável	0	0	0
ID 30 Divulgação da ineficácia reconhecida nos resultados decorrente da cobertura de fluxos de caixa	1	1	1
Cobertura de justo valor			
ID 31 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o instrumento de cobertura	1	1	1
ID 32 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o item coberto, atribuível ao risco coberto	1	1	1
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras			
ID 33 A ineficácia reconhecida nos resultados decorrente das coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras	1	1	1
JUSTO VALOR			
ID 34 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados	1	1	1
ID 35 Métodos e técnicas adotados na determinação do justo valor	0	0	0
ID 36 Pressupostos aplicados na determinação dos justos valores	1	1	1
ID 37 Nível hierárquico do justo valor dos instrumentos derivados	1	1	1
TOTAL	30	30	30

Tabela 15- Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa SEMAPA

REN	2018	2019	2020
Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados			
POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS			
ID 1 Intenções de detenção ou contratação de derivados	1	1	1
ID 2 Políticas e métodos contabilísticos utilizados	1	1	1
ID 3 Base de mensuração	1	1	1
ID 4 Identificação dos instrumentos derivados transacionados	1	1	1
INFORMAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE RISCOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS			
ID 5 Exposição ao risco	1	1	1
ID 6 Separação por categorias de riscos	1	1	1
ID 7 Descrição dos riscos	1	1	1
ID 8 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos	1	1	1
ID 9 Métodos utilizados para mensurar o risco	1	1	1
ID 10 Grau de exposição máxima ao risco de crédito referente à utilização de derivados	NA	NA	NA
ID 11 Análise à maturidade contratual	1	1	1
ID 12 Procedimento de gestão do risco de liquidez	1	1	1
ID 13 Análise de sensibilidade ao risco cambial	0	0	0
ID 14 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco cambial	0	0	0
ID 15 Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro	1	1	1
ID 16 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco de taxa de juro	1	1	1
ID 17 Análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
ID 18 Procedimentos utilizados na análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
OPERAÇÕES QUE NÃO SE QUALIFICAM PARA EFEITOS DE CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 19 Ganhos ou perdas obtidas durante o exercício	1	1	1
CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 20 Descrição de cada tipo de cobertura	1	1	1
ID 21 Descrição dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura	1	1	1
ID 22 Justos valores dos instrumentos de cobertura à data de relato	1	1	1
ID 23 Natureza dos riscos cobertos	1	1	1
Cobertura de fluxos de caixa			
ID 24 Períodos estimados que os fluxos de caixa ocorram	1	1	1
ID 25 Período estimado para que as operações venham a afetar os resultados	1	1	1
ID 26 Descrição das transações previstas relativamente às quais tenha sido antecipadamente usada a contabilidade de cobertura, mas que já não existe a possibilidade que ocorram	1	1	1
ID 27 Quantia escriturada no capital próprio para ganhos ou perdas incorridas no exercício	1	1	1
ID 28 Quantia transferida do capital próprio e incluída nos resultados do período	0	0	0
ID 29 Quantia que foi removida do capital próprio no período e incluída nos custos iniciais ou outra quantia escriturada de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, cuja, aquisição ou ocorrência seja, uma transação coberta prevista e altamente provável	0	0	0
ID 30 Divulgação da ineficácia reconhecida nos resultados decorrente da cobertura de fluxos de caixa	1	1	1
Cobertura de justo valor			
ID 31 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o instrumento de cobertura	1	1	1
ID 32 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o item coberto, atribuível ao risco coberto	1	1	1
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras			
ID 33 A ineficácia reconhecida nos resultados decorrente das coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras	NA	NA	NA
JUSTO VALOR			
ID 34 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados	1	1	1
ID 35 Métodos e técnicas adotados na determinação do justo valor	1	1	1
ID 36 Pressupostos aplicados na determinação dos justos valores	1	1	1
ID 37 Nível hierárquico do justo valor dos instrumentos derivados	1	1	1
TOTAL	29	29	29

Tabela 16- Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa REN

THE NAVIGATOR COMP.	2018	2019	2020
Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados			
POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS			
ID 1 Intenções de detenção ou contratação de derivados	1	1	1
ID 2 Políticas e métodos contabilísticos utilizados	1	1	1
ID 3 Base de mensuração	1	1	1
ID 4 Identificação dos instrumentos derivados transacionados	1	1	1
INFORMAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE RISCOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS			
ID 5 Exposição ao risco	1	1	1
ID 6 Separação por categorias de riscos	1	1	1
ID 7 Descrição dos riscos	1	1	1
ID 8 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos	1	1	1
ID 9 Métodos utilizados para mensurar o risco	1	1	1
ID 10 Grau de exposição máxima ao risco de crédito referente à utilização de derivados	1	1	1
ID 11 Análise à maturidade contratual	1	1	1
ID 12 Procedimento de gestão do risco de liquidez	1	1	1
ID 13 Análise de sensibilidade ao risco cambial	0	0	0
ID 14 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco cambial	0	0	0
ID 15 Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro	1	0	1
ID 16 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco de taxa de juro	1	1	1
ID 17 Análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
ID 18 Procedimentos utilizados na análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
OPERAÇÕES QUE NÃO SE QUALIFICAM PARA EFEITOS DE CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 19 Ganhos ou perdas obtidas durante o exercício	1	1	1
CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 20 Descrição de cada tipo de cobertura	1	1	1
ID 21 Descrição dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura	1	1	1
ID 22 Justos valores dos instrumentos de cobertura à data de relato	1	1	1
ID 23 Natureza dos riscos cobertos	1	1	1
Cobertura de fluxos de caixa			
ID 24 Períodos estimados que os fluxos de caixa ocorram	1	1	1
ID 25 Período estimado para que as operações venham a afetar os resultados	1	1	1
ID 26 Descrição das transações previstas relativamente às quais tenha sido antecipadamente usada a contabilidade de cobertura, mas que já não existe a possibilidade que ocorram	1	1	1
ID 27 Quantia escriturada no capital próprio para ganhos ou perdas incorridas no exercício	1	1	1
ID 28 Quantia transferida do capital próprio e incluída nos resultados do período	1	1	1
ID 29 Quantia que foi removida do capital próprio no período e incluída nos custos iniciais ou outra quantia escrituradeada d um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, cuja, aquisição ou ocorrência seja, uma transação coberta prevista e altamente provável	1	1	1
ID 30 Divulgação da ineficácia reconhecida nos resultados decorrente da cobertura de fluxos de caixa	1	1	1
Cobertura de justo valor			
ID 31 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o instrumento de cobertura	1	1	1
ID 32 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o item coberto, atribuível ao risco coberto	1	1	1
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras			
ID 33 A ineficácia reconhecida nos resultados decorrente das coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras	1	1	1
JUSTO VALOR			
ID 34 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados	1	1	1
ID 35 Métodos e técnicas adotados na determinação do justo valor	1	1	1
ID 36 Pressupostos aplicados na determinação dos justos valores	1	1	1
ID 37 Nível hierárquico do justo valor dos instrumentos derivados	1	1	1
TOTAL	33	33	33

Tabela 17 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa THE NAVIGATOR COMP.

PHAROL	2018	2019	2020
Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados			
POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS			
ID 1 Intenções de detenção ou contratação de derivados	NA	NA	NA
ID 2 Políticas e métodos contabilísticos utilizados	NA	NA	NA
ID 3 Base de mensuração	NA	NA	NA
ID 4 Identificação dos instrumentos derivados transacionados	NA	NA	NA
INFORMAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE RISCOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS			
ID 5 Exposição ao risc	NA	NA	NA
ID 6 Separação por categorias de riscos	NA	NA	NA
ID 7 Descrição dos riscos	NA	NA	NA
ID 8 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos	NA	NA	NA
ID 9 Métodos utilizados para mensurar o risco	NA	NA	NA
ID 10 Grau de exposição máxima ao risco de crédito referente à utilização de derivados	NA	NA	NA
ID 11 Análise à maturidade contratual	NA	NA	NA
ID 12 Procedimento de gestão do risco de liquidez	NA	NA	NA
ID 13 Análise de sensibilidade ao risco cambial	NA	NA	NA
ID 14 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco cambial	NA	NA	NA
ID 15 Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro	NA	NA	NA
ID 16 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco de taxa de juro	NA	NA	NA
ID 17 Análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	NA	NA	NA
ID 18 Procedimentos utilizados na análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	NA	NA	NA
OPERAÇÕES QUE NÃO SE QUALIFICAM PARA EFEITOS DE CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 19 Ganhos ou perdas obtidas durante o exercício	NA	NA	NA
CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 20 Descrição de cada tipo de cobertura	NA	NA	NA
ID 21 Descrição dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura	NA	NA	NA
ID 22 Justos valores dos instrumentos de cobertura à data de relato	NA	NA	NA
ID 23 Natureza dos riscos cobertos	NA	NA	NA
Cobertura de fluxos de caixa			
ID 24 Períodos estimados que os fluxos de caixa ocorram	NA	NA	NA
ID 25 Período estimado para que as operações venham a afetar os resultados	NA	NA	NA
ID 26 Descrição das transações previstas relativamente às quais tenha sido antecipadamente usada a contabilidade de cobertura, mas que já não existe a possibilidade que ocorram	NA	NA	NA
ID 27 Quantia escriturada no capital próprio para ganhos ou perdas incorridas no exercício	NA	NA	NA
ID 28 Quantia transferida do capital próprio e incluída nos resultados do período	NA	NA	NA
ID 29 Quantia que foi removida do capital próprio no período e incluída nos custos iniciais ou outra quantia escriturada de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, cuja, aquisição ou ocorrência seja, uma transação coberta prevista e altamente provável	NA	NA	NA
ID 30 Divulgação da ineficácia reconhecida nos resultados decorrente da cobertura de fluxos de caixa	NA	NA	NA
Cobertura de justo valor			
ID 31 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o instrumento de cobertura	NA	NA	NA
ID 32 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o item coberto, atribuível ao risco coberto	NA	NA	NA
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras			
ID 33 A ineficácia reconhecida nos resultados decorrente das coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras	NA	NA	NA
JUSTO VALOR			
ID 34 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados	NA	NA	NA
ID 35 Métodos e técnicas adotados na determinação do justo valor	NA	NA	NA
ID 36 Pressupostos aplicados na determinação dos justos valores	NA	NA	NA
ID 37 Nível hierárquico do justo valor dos instrumentos derivados	NA	NA	NA
TOTAL	NA	NA	NA

Tabela 18 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa PHAROL

NOVABASE, SGPS	2018	2019	2020
Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados			
POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS			
ID 1 Intenções de detenção ou contratação de derivados	1	1	1
ID 2 Políticas e métodos contabilísticos utilizados	1	1	1
ID 3 Base de mensuração	1	1	1
ID 4 Identificação dos instrumentos derivados transacionados	1	1	1
INFORMAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE RISCOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS			
ID 5 Exposição ao risco	1	1	1
ID 6 Separação por categorias de riscos	1	1	1
ID 7 Descrição dos riscos	1	1	1
ID 8 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos	1	1	1
ID 9 Métodos utilizados para mensurar o risco	1	1	1
ID 10 Grau de exposição máxima ao risco de crédito referente à utilização de derivados	1	1	1
ID 11 Análise à maturidade contratual	0	0	0
ID 12 Procedimento de gestão do risco de liquidez	1	1	1
ID 13 Análise de sensibilidade ao risco cambial	1	1	1
ID 14 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco cambial	1	1	1
ID 15 Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro	1	1	1
ID 16 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco de taxa de juro	1	1	1
ID 17 Análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
ID 18 Procedimentos utilizados na análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
OPERAÇÕES QUE NÃO SE QUALIFICAM PARA EFEITOS DE CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 19 Ganhos ou perdas obtidas durante o exercício	0	0	0
CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 20 Descrição de cada tipo de cobertura	0	0	0
ID 21 Descrição dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura	0	0	0
ID 22 Justos valores dos instrumentos de cobertura à data de relato	0	0	0
ID 23 Natureza dos riscos cobertos	0	0	0
Cobertura de fluxos de caixa			
ID 24 Períodos estimados que os fluxos de caixa ocorram	0	0	0
ID 25 Período estimado para que as operações venham a afetar os resultados	0	0	0
ID 26 Descrição das transações previstas relativamente às quais tenha sido antecipadamente usada a contabilidade de cobertura, mas que já não existe a possibilidade que ocorram	0	0	0
ID 27 Quantia escriturada no capital próprio para ganhos ou perdas incorridas no exercício	0	0	0
ID 28 Quantia transferida do capital próprio e incluída nos resultados do período	0	0	0
ID 29 Quantia que foi removida do capital próprio no período e incluída nos custos iniciais ou outra quantia escriturada de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, cuja aquisição ou ocorrência seja, uma transação coberta prevista e altamente provável	0	0	0
ID 30 Divulgação da ineficácia reconhecida nos resultados decorrente da cobertura de fluxos de caixa	0	0	0
Cobertura de justo valor			
ID 31 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o instrumento de cobertura	0	0	0
ID 32 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o item coberto, atribuível ao risco coberto	0	0	0
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras			
ID 33 A ineficácia reconhecida nos resultados decorrente das coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras	0	0	0
JUSTO VALOR			
ID 34 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados	1	1	1
ID 35 Métodos e técnicas adotados na determinação do justo valor	1	1	1
ID 36 Pressupostos aplicados na determinação dos justos valores	1	1	1
ID 37 Nível hierárquico do justo valor dos instrumentos derivados	0	0	0
TOTAL	18	18	18

Tabela 19 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa NOVABASE SGPS

MOTA ENGIL	2018	2019	2020
Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados			
POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS			
ID 1 Intenções de detenção ou contratação de derivados	1	1	1
ID 2 Políticas e métodos contabilísticos utilizados	1	1	1
ID 3 Base de mensuração	1	1	1
ID 4 Identificação dos instrumentos derivados transacionados	1	1	1
INFORMAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE RISCOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS			
ID 5 Exposição ao risco	1	1	1
ID 6 Separação por categorias de riscos	1	1	1
ID 7 Descrição dos riscos	1	1	1
ID 8 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos	1	1	1
ID 9 Métodos utilizados para mensurar o risco	1	1	1
ID 10 Grau de exposição máxima ao risco de crédito referente à utilização de derivados	1	1	1
ID 11 Análise à maturidade contratual	1	1	1
ID 12 Procedimento de gestão do risco de liquidez	1	1	1
ID 13 Análise de sensibilidade ao risco cambial	1	1	1
ID 14 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco cambial	0	0	0
ID 15 Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro	1	1	1
ID 16 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco de taxa de juro	0	0	0
ID 17 Análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
ID 18 Procedimentos utilizados na análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
OPERAÇÕES QUE NÃO SE QUALIFICAM PARA EFEITOS DE CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 19 Ganhos ou perdas obtidas durante o exercício	0	0	0
CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 20 Descrição de cada tipo de cobertura	1	1	1
ID 21 Descrição dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura	1	1	1
ID 22 Justos valores dos instrumentos de cobertura à data de relato	1	1	1
ID 23 Natureza dos riscos cobertos	1	1	1
Cobertura de fluxos de caixa			
ID 24 Períodos estimados que os fluxos de caixa ocorram	1	1	1
ID 25 Período estimado para que as operações venham a afetar os resultados	1	1	1
ID 26 Descrição das transações previstas relativamente às quais tenha sido antecipadamente usada a contabilidade de cobertura, mas que já não existe a possibilidade que ocorram	1	1	1
ID 27 Quantia escriturada no capital próprio para ganhos ou perdas incorridas no exercício	1	1	1
ID 28 Quantia transferida do capital próprio e incluída nos resultados do período	0	0	0
ID 29 Quantia que foi removida do capital próprio no período e incluída nos custos iniciais ou outra quantia escriturada de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, cuja, aquisição ou ocorrência seja, uma transação coberta prevista e altamente provável	0	0	0
ID 30 Divulgação da ineficácia reconhecida nos resultados decorrente da cobertura de fluxos de caixa	0	0	0
Cobertura de justo valor			
ID 31 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o instrumento de cobertura	1	1	1
ID 32 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o item coberto, atribuível ao risco coberto	1	1	1
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras			
ID 33 A ineficácia reconhecida nos resultados decorrente das coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras	0	0	0
JUSTO VALOR			
ID 34 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados	1	1	1
ID 35 Métodos e técnicas adotados na determinação do justo valor	1	1	1
ID 36 Pressupostos aplicados na determinação dos justos valores	0	0	0
ID 37 Nível hierárquico do justo valor dos instrumentos derivados	0	0	0
TOTAL	26	26	26

Tabela 20 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa MOTA ENGIL

J. MARTINS, SGPS	2018	2019	2020
Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados			
POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS			
ID 1 Intenções de detenção ou contratação de derivados	1	1	1
ID 2 Políticas e métodos contabilísticos utilizados	1	1	1
ID 3 Base de mensuração	1	1	1
ID 4 Identificação dos instrumentos derivados transacionados	1	1	1
INFORMAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE RISCOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS			
ID 5 Exposição ao risco	1	1	1
ID 6 Separação por categorias de riscos	1	1	1
ID 7 Descrição dos riscos	1	1	1
ID 8 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos	1	1	1
ID 9 Métodos utilizados para mensurar o risco	1	1	1
ID 10 Grau de exposição máxima ao risco de crédito referente à utilização de derivados	1	1	1
ID 11 Análise à maturidade contratual	1	1	1
ID 12 Procedimento de gestão do risco de liquidez	1	1	1
ID 13 Análise de sensibilidade ao risco cambial	0	0	0
ID 14 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco cambial	0	0	0
ID 15 Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro	1	1	1
ID 16 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco de taxa de juro	1	1	1
ID 17 Análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
ID 18 Procedimentos utilizados na análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
OPERAÇÕES QUE NÃO SE QUALIFICAM PARA EFEITOS DE CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 19 Ganhos ou perdas obtidas durante o exercício	1	1	1
CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 20 Descrição de cada tipo de cobertura	1	1	1
ID 21 Descrição dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura	1	1	1
ID 22 Justos valores dos instrumentos de cobertura à data de relato	1	1	1
ID 23 Natureza dos riscos cobertos	1	1	1
Cobertura de fluxos de caixa			
ID 24 Períodos estimados que os fluxos de caixa ocorram	1	1	1
ID 25 Período estimado para que as operações venham a afetar os resultados	1	1	1
ID 26 Descrição das transações previstas relativamente às quais tenha sido antecipadamente usada a contabilidade de cobertura, mas que já não existe a possibilidade que ocorram	0	0	0
ID 27 Quantia escriturada no capital próprio para ganhos ou perdas incorridas no exercício	1	1	1
ID 28 Quantia transferida do capital próprio e incluída nos resultados do período	1	1	1
ID 29 Quantia que foi removida do capital próprio no período e incluída nos custos iniciais ou outra quantia escriturada de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, cuja aquisição ou ocorrência seja, uma transação coberta prevista e altamente provável	1	1	1
ID 30 Divulgação da ineficácia reconhecida nos resultados decorrente da cobertura de fluxos de caixa	1	1	1
Cobertura de justo valor			
ID 31 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o instrumento de cobertura	1	1	1
ID 32 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o item coberto, atribuível ao risco coberto	1	1	1
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras			
ID 33 A ineficácia reconhecida nos resultados decorrente das coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras	1	1	1
JUSTO VALOR			
ID 34 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados	1	1	1
ID 35 Métodos e técnicas adotados na determinação do justo valor	1	1	1
ID 36 Pressupostos aplicados na determinação dos justos valores	1	1	1
ID 37 Nível hierárquico do justo valor dos instrumentos derivados	1	1	1
TOTAL	32	32	32

Tabela 21 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa J. MARTINS, SGPS

IBERSOL, SGPS	2018	2019	2020
Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados			
POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS			
ID 1 Intenções de detenção ou contratação de derivados	1	1	1
ID 2 Políticas e métodos contabilísticos utilizados	1	1	1
ID 3 Base de mensuração	1	1	1
ID 4 Identificação dos instrumentos derivados transacionados	1	1	1
INFORMAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE RISCOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS			
ID 5 Exposição ao risco	1	1	1
ID 6 Separação por categorias de riscos	1	1	1
ID 7 Descrição dos riscos	1	1	1
ID 8 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos	1	1	1
ID 9 Métodos utilizados para mensurar o risco	1	1	1
ID 10 Grau de exposição máxima ao risco de crédito referente à utilização de derivados	0	0	0
ID 11 Análise à maturidade contratual	0	0	1
ID 12 Procedimento de gestão do risco de liquidez	1	1	1
ID 13 Análise de sensibilidade ao risco cambial	0	0	0
ID 14 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco cambial	0	0	0
ID 15 Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro	0	0	0
ID 16 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco de taxa de juro	0	0	0
ID 17 Análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	NA	NA	NA
ID 18 Procedimentos utilizados na análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	NA	NA	NA
OPERAÇÕES QUE NÃO SE QUALIFICAM PARA EFEITOS DE CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 19 Ganhos ou perdas obtidas durante o exercício	0	0	0
CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 20 Descrição de cada tipo de cobertura	1	1	1
ID 21 Descrição dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura	1	1	1
ID 22 Justos valores dos instrumentos de cobertura à data de relato	1	1	1
ID 23 Natureza dos riscos cobertos	0	0	0
Cobertura de fluxos de caixa			
ID 24 Períodos estimados que os fluxos de caixa ocorram	0	0	1
ID 25 Período estimado para que as operações venham a afetar os resultados	0	0	0
ID 26 Descrição das transações previstas relativamente às quais tenha sido antecipadamente usada a contabilidade de cobertura, mas que já não existe a possibilidade que ocorram	0	0	0
ID 27 Quantia escriturada no capital próprio para ganhos ou perdas incorridas no exercício	0	0	0
ID 28 Quantia transferida do capital próprio e incluída nos resultados do período	1	1	1
ID 29 Quantia que foi removida do capital próprio no período e incluída nos custos iniciais ou outra quantia escriturada de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, cuja, aquisição ou ocorrência seja, uma transação coberta prevista e altamente provável	1	1	1
ID 30 Divulgação da ineficácia reconhecida nos resultados decorrente da cobertura de fluxos de caixa	1	1	1
Cobertura de justo valor			
ID 31 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o instrumento de cobertura	1	1	1
ID 32 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o item coberto, atribuível ao risco coberto	1	1	1
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras			
ID 33 A ineficácia reconhecida nos resultados decorrente das coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras	NA	NA	NA
JUSTO VALOR			
ID 34 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados	1	1	1
ID 35 Métodos e técnicas adotados na determinação do justo valor	1	1	1
ID 36 Pressupostos aplicados na determinação dos justos valores	1	1	1
ID 37 Nível hierárquico do justo valor dos instrumentos derivados	0	0	0
TOTAL	21	21	21

Tabela 22 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa IBERSOL, SGPS

GALP ENERGIA-NOM	2018	2019	2020
Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados			
POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS			
ID 1 Intenções de detenção ou contratação de derivados	NA	NA	NA
ID 2 Políticas e métodos contabilísticos utilizados	NA	NA	NA
ID 3 Base de mensuração	NA	NA	NA
ID 4 Identificação dos instrumentos derivados transacionados	NA	NA	NA
INFORMAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE RISCOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS			
ID 5 Exposição ao risco	NA	NA	NA
ID 6 Separação por categorias de riscos	NA	NA	NA
ID 7 Descrição dos riscos	NA	NA	NA
ID 8 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos	NA	NA	NA
ID 9 Métodos utilizados para mensurar o risco	NA	NA	NA
ID 10 Grau de exposição máxima ao risco de crédito referente à utilização de derivados	NA	NA	NA
ID 11 Análise à maturidade contratual	NA	NA	NA
ID 12 Procedimento de gestão do risco de liquidez	NA	NA	NA
ID 13 Análise de sensibilidade ao risco cambial	NA	NA	NA
ID 14 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco cambial	NA	NA	NA
ID 15 Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro	NA	NA	NA
ID 16 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco de taxa de juro	NA	NA	NA
ID 17 Análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	NA	NA	NA
ID 18 Procedimentos utilizados na análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	NA	NA	NA
OPERAÇÕES QUE NÃO SE QUALIFICAM PARA EFEITOS DE CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 19 Ganhos ou perdas obtidas durante o exercício	NA	NA	NA
CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 20 Descrição de cada tipo de cobertura	NA	NA	NA
ID 21 Descrição dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura	NA	NA	NA
ID 22 Justos valores dos instrumentos de cobertura à data de relato	NA	NA	NA
ID 23 Natureza dos riscos cobertos	NA	NA	NA
Cobertura de fluxos de caixa			
ID 24 Períodos estimados que os fluxos de caixa ocorram	NA	NA	NA
ID 25 Período estimado para que as operações venham a afetar os resultados	NA	NA	NA
ID 26 Descrição das transações previstas relativamente às quais tenha sido antecipadamente usada a contabilidade de cobertura, mas que já não existe a possibilidade que ocorram	NA	NA	NA
ID 27 Quantia escriturada no capital próprio para ganhos ou perdas incorridas no exercício	NA	NA	NA
ID 28 Quantia transferida do capital próprio e incluída nos resultados do período	NA	NA	NA
ID 29 Quantia que foi removida do capital próprio no período e incluída nos custos iniciais ou outra quantia escriturada de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, cuja aquisição ou ocorrência seja, uma transação coberta prevista e altamente provável	NA	NA	NA
ID 30 Divulgação da ineficácia reconhecida nos resultados decorrente da cobertura de fluxos de caixa	NA	NA	NA
Cobertura de justo valor			
ID 31 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o instrumento de cobertura	NA	NA	NA
ID 32 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o item coberto, atribuível ao risco coberto	NA	NA	NA
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras			
ID 33 A ineficácia reconhecida nos resultados decorrente das coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras	NA	NA	NA
JUSTO VALOR			
ID 34 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados	NA	NA	NA
ID 35 Métodos e técnicas adotados na determinação do justo valor	NA	NA	NA
ID 36 Pressupostos aplicados na determinação dos justos valores	NA	NA	NA
ID 37 Nível hierárquico do justo valor dos instrumentos derivados	NA	NA	NA
TOTAL	NA	NA	NA

Tabela 23 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa GALP ENERGIA

RAMADA	2018	2019	2020
Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados			
POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS			
ID 1 Intenções de detenção ou contratação de derivados	1	1	1
ID 2 Políticas e métodos contabilísticos utilizados	1	1	1
ID 3 Base de mensuração	1	1	1
ID 4 Identificação dos instrumentos derivados transacionados	1	1	1
INFORMAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE RISCOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS			
ID 5 Exposição ao risco	1	1	1
ID 6 Separação por categorias de riscos	1	1	1
ID 7 Descrição dos riscos	1	1	1
ID 8 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos	1	1	1
ID 9 Métodos utilizados para mensurar o risco	1	1	1
ID 10 Grau de exposição máxima ao risco de crédito referente à utilização de derivados	1	1	1
ID 11 Análise à maturidade contratual	1	1	1
ID 12 Procedimento de gestão do risco de liquidez	1	1	1
ID 13 Análise de sensibilidade ao risco cambial	0	0	0
ID 14 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco cambial	0	0	0
ID 15 Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro	1	1	1
ID 16 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco de taxa de juro	1	1	1
ID 17 Análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
ID 18 Procedimentos utilizados na análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
OPERAÇÕES QUE NÃO SE QUALIFICAM PARA EFEITOS DE CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 19 Ganhos ou perdas obtidas durante o exercício	0	0	0
CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 20 Descrição de cada tipo de cobertura	1	1	1
ID 21 Descrição dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura	1	1	1
ID 22 Justos valores dos instrumentos de cobertura à data de relato	0	0	0
ID 23 Natureza dos riscos cobertos	0	0	0
Cobertura de fluxos de caixa			
ID 24 Períodos estimados que os fluxos de caixa ocorram	1	1	1
ID 25 Período estimado para que as operações venham a afetar os resultados	1	1	1
ID 26 Descrição das transações previstas relativamente às quais tenha sido antecipadamente usada a contabilidade de cobertura, mas que já não existe a possibilidade que ocorram	0	0	0
ID 27 Quantia escriturada no capital próprio para ganhos ou perdas incorridas no exercício	1	1	1
ID 28 Quantia transferida do capital próprio e incluída nos resultados do período	1	1	1
ID 29 Quantia que foi removida do capital próprio no período e incluída nos custos iniciais ou outra quantia escriturada de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, cuja aquisição ou ocorrência seja, uma transação coberta prevista e altamente provável	1	1	1
ID 30 Divulgação da ineficácia reconhecida nos resultados decorrente da cobertura de fluxos de caixa	1	1	1
Cobertura de justo valor			
ID 31 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o instrumento de cobertura	1	1	1
ID 32 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o item coberto, atribuível ao risco coberto	1	1	1
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras			
ID 33 A ineficácia reconhecida nos resultados decorrente das coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras	1	1	1
JUSTO VALOR			
ID 34 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados	1	1	1
ID 35 Métodos e técnicas adotados na determinação do justo valor	0	0	0
ID 36 Pressupostos aplicados na determinação dos justos valores	0	0	0
ID 37 Nível hierárquico do justo valor dos instrumentos derivados	0	0	0
TOTAL	26	26	26

Tabela 24 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa RAMADA

EDP	2018	2019	2020
Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados			
POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS			
ID 1 Intenções de detenção ou contratação de derivados	1	1	1
ID 2 Políticas e métodos contabilísticos utilizados	1	1	1
ID 3 Base de mensuração	1	1	1
ID 4 Identificação dos instrumentos derivados transacionados	1	1	1
INFORMAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE RISCOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS			
ID 5 Exposição ao risco	1	1	1
ID 6 Separação por categorias de riscos	1	1	1
ID 7 Descrição dos riscos	0	0	0
ID 8 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos	1	1	1
ID 9 Métodos utilizados para mensurar o risco	1	1	1
ID 10 Grau de exposição máxima ao risco de crédito referente à utilização de derivados	1	1	1
ID 11 Análise à maturidade contratual	1	1	1
ID 12 Procedimento de gestão do risco de liquidez	1	1	1
ID 13 Análise de sensibilidade ao risco cambial	1	1	1
ID 14 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco cambial	1	1	1
ID 15 Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro	1	1	1
ID 16 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco de taxa de juro	1	1	1
ID 17 Análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
ID 18 Procedimentos utilizados na análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
OPERAÇÕES QUE NÃO SE QUALIFICAM PARA EFEITOS DE CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 19 Ganhos ou perdas obtidas durante o exercício	1	1	1
CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 20 Descrição de cada tipo de cobertura	1	1	1
ID 21 Descrição dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura	1	1	1
ID 22 Justos valores dos instrumentos de cobertura à data de relato	1	1	1
ID 23 Natureza dos riscos cobertos	1	1	1
Cobertura de fluxos de caixa			
ID 24 Períodos estimados que os fluxos de caixa ocorram	1	1	1
ID 25 Período estimado para que as operações venham a afetar os resultados	0	0	0
ID 26 Descrição das transações previstas relativamente às quais tenha sido antecipadamente usada a contabilidade de cobertura, mas que já não existe a possibilidade que ocorram	0	0	0
ID 27 Quantia escriturada no capital próprio para ganhos ou perdas incorridas no exercício	1	1	1
ID 28 Quantia transferida do capital próprio e incluída nos resultados do período	1	1	1
ID 29 Quantia que foi removida do capital próprio no período e incluída nos custos iniciais ou outra quantia escriturada de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, cuja aquisição ou ocorrência seja, uma transação coberta prevista e altamente provável	1	1	1
ID 30 Divulgação da ineficácia reconhecida nos resultados decorrente da cobertura de fluxos de caixa	1	1	1
Cobertura de justo valor			
ID 31 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o instrumento de cobertura	1	1	1
ID 32 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o item coberto, atribuível ao risco coberto	1	1	1
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras			
ID 33 A ineficácia reconhecida nos resultados decorrente das coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras	1	1	1
JUSTO VALOR			
ID 34 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados	1	1	1
ID 35 Métodos e técnicas adotados na determinação do justo valor	1	1	1
ID 36 Pressupostos aplicados na determinação dos justos valores	1	1	1
ID 37 Nível hierárquico do justo valor dos instrumentos derivados	1	1	1
TOTAL	32	32	32

Tabela 25- Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa EDP

CTT CORREIOS PORT.	2018	2019	2020
Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados			
POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS			
ID 1 Intenções de detenção ou contratação de derivados	NA	NA	NA
ID 2 Políticas e métodos contabilísticos utilizados	NA	NA	NA
ID 3 Base de mensuração	NA	NA	NA
ID 4 Identificação dos instrumentos derivados transacionados	NA	NA	NA
INFORMAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE RISCOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS			
ID 5 Exposição ao risco	NA	NA	NA
ID 6 Separação por categorias de riscos	NA	NA	NA
ID 7 Descrição dos riscos	NA	NA	NA
ID 8 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos	NA	NA	NA
ID 9 Métodos utilizados para mensurar o risco	NA	NA	NA
ID 10 Grau de exposição máxima ao risco de crédito referente à utilização de derivados	NA	NA	NA
ID 11 Análise à maturidade contratual	NA	NA	NA
ID 12 Procedimento de gestão do risco de liquidez	NA	NA	NA
ID 13 Análise de sensibilidade ao risco cambial	NA	NA	NA
ID 14 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco cambial	NA	NA	NA
ID 15 Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro	NA	NA	NA
ID 16 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco de taxa de juro	NA	NA	NA
ID 17 Análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	NA	NA	NA
ID 18 Procedimentos utilizados na análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	NA	NA	NA
OPERAÇÕES QUE NÃO SE QUALIFICAM PARA EFEITOS DE CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 19 Ganhos ou perdas obtidas durante o exercício	NA	NA	NA
CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 20 Descrição de cada tipo de cobertura	NA	NA	NA
ID 21 Descrição dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura	NA	NA	NA
ID 22 Justos valores dos instrumentos de cobertura à data de relato	NA	NA	NA
ID 23 Natureza dos riscos cobertos	NA	NA	NA
Cobertura de fluxos de caixa			
ID 24 Períodos estimados que os fluxos de caixa ocorram	NA	NA	NA
ID 25 Período estimado para que as operações venham a afetar os resultados	NA	NA	NA
ID 26 Descrição das transações previstas relativamente às quais tenha sido antecipadamente usada a contabilidade de cobertura, mas que já não existe a possibilidade que ocorram	NA	NA	NA
ID 27 Quantia escriturada no capital próprio para ganhos ou perdas incorridas no exercício	NA	NA	NA
ID 28 Quantia transferida do capital próprio e incluída nos resultados do período	NA	NA	NA
ID 29 Quantia que foi removida do capital próprio no período e incluída nos custos iniciais ou outra quantia escriturada de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, cuja, aquisição ou ocorrência seja, uma transação coberta prevista e altamente provável	NA	NA	NA
ID 30 Divulgação da ineficácia reconhecida nos resultados decorrente da cobertura de fluxos de caixa	NA	NA	NA
Cobertura de justo valor			
ID 31 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o instrumento de cobertura	NA	NA	NA
ID 32 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o item coberto, atribuível ao risco coberto	NA	NA	NA
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras			
ID 33 A ineficácia reconhecida nos resultados decorrente das coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras	NA	NA	NA
JUSTO VALOR			
ID 34 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados	NA	NA	NA
ID 35 Métodos e técnicas adotados na determinação do justo valor	NA	NA	NA
ID 36 Pressupostos aplicados na determinação dos justos valores	NA	NA	NA
ID 37 Nível hierárquico do justo valor dos instrumentos derivados	NA	NA	NA
TOTAL	NA	NA	NA

Tabela 26 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa CTT CORREIOS PORT.

CORTICEIRA AMORIM	2018	2019	2020
Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados			
POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS			
ID 1 Intenções de detenção ou contratação de derivados	1	1	1
ID 2 Políticas e métodos contabilísticos utilizados	1	1	1
ID 3 Base de mensuração	1	1	1
ID 4 Identificação dos instrumentos derivados transacionados	1	1	1
INFORMAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE RISCOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS			
ID 5 Exposição ao risco	1	1	1
ID 6 Separação por categorias de riscos	1	1	1
ID 7 Descrição dos riscos	1	1	1
ID 8 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos	1	1	1
ID 9 Métodos utilizados para mensurar o risco	1	1	1
ID 10 Grau de exposição máxima ao risco de crédito referente à utilização de derivados	1	1	1
ID 11 Análise à maturidade contratual	1	1	1
ID 12 Procedimento de gestão do risco de liquidez	1	1	1
ID 13 Análise de sensibilidade ao risco cambial	0	0	0
ID 14 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco cambial	0	0	0
ID 15 Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro	0	0	0
ID 16 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco de taxa de juro	0	0	0
ID 17 Análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
ID 18 Procedimentos utilizados na análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
OPERAÇÕES QUE NÃO SE QUALIFICAM PARA EFEITOS DE CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 19 Ganhos ou perdas obtidas durante o exercício	0	0	0
CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 20 Descrição de cada tipo de cobertura	1	1	1
ID 21 Descrição dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura	1	1	1
ID 22 Justos valores dos instrumentos de cobertura à data de relato	1	1	1
ID 23 Natureza dos riscos cobertos	1	1	1
Cobertura de fluxos de caixa			
ID 24 Períodos estimados que os fluxos de caixa ocorram	1	1	1
ID 25 Período estimado para que as operações venham a afetar os resultados	1	1	1
ID 26 Descrição das transações previstas relativamente às quais tenha sido antecipadamente usada a contabilidade de cobertura, mas que já não existe a possibilidade que ocorram	1	1	1
ID 27 Quantia escriturada no capital próprio para ganhos ou perdas incorridas no exercício	1	1	1
ID 28 Quantia transferida do capital próprio e incluída nos resultados do período	1	1	1
ID 29 Quantia que foi removida do capital próprio no período e incluída nos custos iniciais ou outra quantia escriturada de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, cuja, aquisição ou ocorrência seja, uma transação coberta prevista e altamente provável	1	1	1
ID 30 Divulgação da ineficácia reconhecida nos resultados decorrente da cobertura de fluxos de caixa	1	1	1
Cobertura de justo valor			
ID 31 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o instrumento de cobertura	1	1	1
ID 32 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o item coberto, atribuível ao risco coberto	1	1	1
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras			
ID 33 A ineficácia reconhecida nos resultados decorrente das coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras	1	1	1
JUSTO VALOR			
ID 34 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados	1	1	1
ID 35 Métodos e técnicas adotados na determinação do justo valor	1	1	1
ID 36 Pressupostos aplicados na determinação dos justos valores	1	1	1
ID 37 Nível hierárquico do justo valor dos instrumentos derivados	1	1	1
TOTAL	30	30	30

Tabela 27 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa CORTICEIRA AMORIM

B. COM. PORTUGUES	2018	2019	2020
Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados			
POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS			
ID 1 Intenções de detenção ou contratação de derivados	1	1	1
ID 2 Políticas e métodos contabilísticos utilizados	1	1	1
ID 3 Base de mensuração	1	1	1
ID 4 Identificação dos instrumentos derivados transacionados	1	1	1
INFORMAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE RISCOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS			
ID 5 Exposição ao risco	1	1	1
ID 6 Separação por categorias de riscos	1	1	1
ID 7 Descrição dos riscos	1	1	1
ID 8 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos	1	1	1
ID 9 Métodos utilizados para mensurar o risco	1	1	1
ID 10 Grau de exposição máxima ao risco de crédito referente à utilização de derivados	1	1	1
ID 11 Análise à maturidade contratual	1	1	1
ID 12 Procedimento de gestão do risco de liquidez	1	1	1
ID 13 Análise de sensibilidade ao risco cambial	0	0	0
ID 14 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco cambial	0	0	0
ID 15 Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro	1	1	1
ID 16 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco de taxa de juro	1	1	1
ID 17 Análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
ID 18 Procedimentos utilizados na análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
OPERAÇÕES QUE NÃO SE QUALIFICAM PARA EFEITOS DE CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 19 Ganhos ou perdas obtidas durante o exercício	0	0	0
CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 20 Descrição de cada tipo de cobertura	1	1	1
ID 21 Descrição dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura	1	1	1
ID 22 Justos valores dos instrumentos de cobertura à data de relato	1	1	1
ID 23 Natureza dos riscos cobertos	1	1	1
Cobertura de fluxos de caixa			
ID 24 Períodos estimados que os fluxos de caixa ocorram	1	1	1
ID 25 Período estimado para que as operações venham a afetar os resultados	1	1	1
ID 26 Descrição das transações previstas relativamente às quais tenha sido antecipadamente usada a contabilidade de cobertura, mas que já não existe a possibilidade que ocorram	0	0	0
ID 27 Quantia escriturada no capital próprio para ganhos ou perdas incorridas no exercício	1	1	1
ID 28 Quantia transferida do capital próprio e incluída nos resultados do período	1	1	1
ID 29 Quantia que foi removida do capital próprio no período e incluída nos custos iniciais ou outra quantia escriturada de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, cuja aquisição ou ocorrência seja, uma transação coberta prevista e altamente provável	0	0	0
ID 30 Divulgação da ineficácia reconhecida nos resultados decorrente da cobertura de fluxos de caixa	1	1	1
Cobertura de justo valor			
ID 31 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o instrumento de cobertura	1	1	1
ID 32 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o item coberto, atribuível ao risco coberto	1	1	1
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras			
ID 33 A ineficácia reconhecida nos resultados decorrente das coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras	1	1	1
JUSTO VALOR			
ID 34 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados	1	1	1
ID 35 Métodos e técnicas adotados na determinação do justo valor	1	1	1
ID 36 Pressupostos aplicados na determinação dos justos valores	1	1	1
ID 37 Nível hierárquico do justo valor dos instrumentos derivados	1	1	1
TOTAL	30	30	30

Tabela 28 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa B. COM. PORTUGAL

ALTRI SGPS	2018	2019	2020
Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados			
POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS			
ID 1 Intenções de detenção ou contratação de derivados	1	1	1
ID 2 Políticas e métodos contabilísticos utilizados	1	1	1
ID 3 Base de mensuração	1	1	1
ID 4 Identificação dos instrumentos derivados transacionados	1	1	1
INFORMAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE RISCOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS			
ID 5 Exposição ao risco	1	1	1
ID 6 Separação por categorias de riscos	1	1	1
ID 7 Descrição dos riscos	1	1	1
ID 8 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos	1	1	1
ID 9 Métodos utilizados para mensurar o risco	1	1	1
ID 10 Grau de exposição máxima ao risco de crédito referente à utilização de derivados	1	1	1
ID 11 Análise à maturidade contratual	1	1	0
ID 12 Procedimento de gestão do risco de liquidez	1	1	1
ID 13 Análise de sensibilidade ao risco cambial	0	1	1
ID 14 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco cambial	0	0	0
ID 15 Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro	1	1	1
ID 16 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco de taxa de juro	1	1	1
ID 17 Análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
ID 18 Procedimentos utilizados na análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
OPERAÇÕES QUE NÃO SE QUALIFICAM PARA EFEITOS DE CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 19 Ganhos ou perdas obtidas durante o exercício	0	0	0
CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 20 Descrição de cada tipo de cobertura	1	1	1
ID 21 Descrição dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura	1	1	1
ID 22 Justos valores dos instrumentos de cobertura à data de relato	1	1	1
ID 23 Natureza dos riscos cobertos	1	1	1
Cobertura de fluxos de caixa			
ID 24 Períodos estimados que os fluxos de caixa ocorram	1	1	1
ID 25 Período estimado para que as operações venham a afetar os resultados	1	1	1
ID 26 Descrição das transações previstas relativamente às quais tenha sido antecipadamente usada a contabilidade de cobertura, mas que já não existe a possibilidade que ocorram	1	1	1
ID 27 Quantia escriturada no capital próprio para ganhos ou perdas incorridas no exercício	1	1	1
ID 28 Quantia transferida do capital próprio e incluída nos resultados do período	1	1	1
ID 29 Quantia que foi removida do capital próprio no período e incluída nos custos iniciais ou outra quantia escriturada de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, cuja aquisição ou ocorrência seja, uma transação coberta prevista e altamente provável	0	0	0
ID 30 Divulgação da ineficácia reconhecida nos resultados decorrente da cobertura de fluxos de caixa	0	0	0
Cobertura de justo valor			
ID 31 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o instrumento de cobertura	0	0	0
ID 32 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o item coberto, atribuível ao risco coberto	0	0	0
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras			
ID 33 A ineficácia reconhecida nos resultados decorrente das coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras	0	0	0
JUSTO VALOR			
ID 34 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados	1	1	1
ID 35 Métodos e técnicas adotados na determinação do justo valor	1	1	1
ID 36 Pressupostos aplicados na determinação dos justos valores	0	0	0
ID 37 Nível hierárquico do justo valor dos instrumentos derivados	0	0	0
TOTAL	25	26	25

Tabela 29 - Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa ALTRI SGPS

EDP RENOVÁVEIS	2018	2019	2020
Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados			
POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS			
ID 1 Intenções de detenção ou contratação de derivados	1	1	1
ID 2 Políticas e métodos contabilísticos utilizados	1	1	1
ID 3 Base de mensuração	1	1	1
ID 4 Identificação dos instrumentos derivados transacionados	1	1	1
INFORMAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE RISCOS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS			
ID 5 Exposição ao risco	1	1	1
ID 6 Separação por categorias de riscos	1	1	1
ID 7 Descrição dos riscos	1	1	1
ID 8 Objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos	1	1	1
ID 9 Métodos utilizados para mensurar o risco	1	1	1
ID 10 Grau de exposição máxima ao risco de crédito referente à utilização de derivados	1	1	1
ID 11 Análise à maturidade contratual	1	1	1
ID 12 Procedimento de gestão do risco de liquidez	1	1	1
ID 13 Análise de sensibilidade ao risco cambial	1	1	1
ID 14 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco cambial	1	1	1
ID 15 Análise de sensibilidade ao risco de juro	1	1	1
ID 16 Métodos utilizados na análise de sensibilidade do risco de taxa de juro	1	1	1
ID 17 Análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
ID 18 Procedimentos utilizados na análise de sensibilidade de outros riscos associados ao preço	0	0	0
OPERAÇÕES QUE NÃO SE QUALIFICAM PARA EFEITOS DE CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 19 Ganhos ou perdas obtidas durante o exercício	1	1	1
CONTABILIDADE DE COBERTURA			
ID 20 Descrição de cada tipo de cobertura	1	1	1
ID 21 Descrição dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura	1	1	1
ID 22 Justos valores dos instrumentos de cobertura à data de relato	1	1	1
ID 23 Natureza dos riscos cobertos	1	1	1
Cobertura de fluxos de caixa			
ID 24 Períodos estimados que os fluxos de caixa ocorram	1	1	1
ID 25 Período estimado para que as operações venham a afetar os resultados	1	1	1
ID 26 Descrição das transações previstas relativamente às quais tenha sido antecipadamente usada a contabilidade de cobertura, mas que já não existe a possibilidade que ocorram	1	1	1
ID 27 Quantia escriturada no capital próprio para ganhos ou perdas incorridas no exercício	1	1	1
ID 28 Quantia transferida do capital próprio e incluída nos resultados do período	1	1	1
ID 29 Quantia que foi removida do capital próprio no período e incluída nos custos iniciais ou outra quantia escriturada de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, cuja, aquisição ou ocorrência seja, uma transação coberta prevista e altamente provável	1	1	1
ID 30 Divulgação da ineficácia reconhecida nos resultados decorrente da cobertura de fluxos de caixa	1	1	1
Cobertura de justo valor			
ID 31 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o instrumento de cobertura	1	1	1
ID 32 Os ganhos ou perdas de coberturas efetuadas pelo justo valor sobre o item coberto, atribuível ao risco coberto	1	1	1
Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras			
ID 33 A ineficácia reconhecida nos resultados decorrente das coberturas de investimentos líquidos em entidades estrangeiras	1	1	1
JUSTO VALOR			
ID 34 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados	1	1	1
ID 35 Métodos e técnicas adotados na determinação do justo valor	1	1	1
ID 36 Pressupostos aplicados na determinação dos justos valores	1	1	1
ID 37 Nível hierárquico do justo valor dos instrumentos derivados	1	1	1
TOTAL	35	35	35

Tabela 30 – Índice de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados – Empresa EDP RENOVÁVEIS

Anexo II – Associação de Cluster

Fonte: Elaboração no SPSS,(2022)

Associação de cluster

Número do caso	Nome	Cluster	Distância
1	NOVABASE	1	97117161,417
2	NOVABASE	1	91427248,417
3	NOVABASE	1	64450359,417
4	RAMADA	1	19029588,417
5	RAMADA	1	15700744,417
6	RAMADA	1	13670238,417
7	B. COM.P	1	48120268,417
8	B. COM.P	1	42399909,417
9	B. COM.P	1	38229896,417
10	IBERSOL	1	134511528,583
11	IBERSOL	1	146306387,583
12	IBERSOL	1	149327498,583
13	ALTRI	3	127888730,833
14	ALTRI	3	127290396,833
15	CORTICEI	3	106932959,833
16	ALTRI	3	104654883,833
17	CORTICEI	3	72643448,833
18	CORTICEI	3	58368429,833
19	EDP RENO	3	57260811,833
20	EDP RENO	3	45504960,833
21	EDP RENO	3	36285300,833
22	EDP	3	222740641,167
23	EDP	3	236986641,167
24	EDP	3	277102641,167
25	SEMAPA	5	118429167,000
26	SEMAPA	5	7587991,000
27	MOTA ENG	5	14107224,000
28	SEMAPA	5	24308506,000
29	MOTA ENG	5	30138350,000
30	MOTA ENG	5	42287096,000
31	J.MARTIN	4	384052057,417
32	NOS	4	217941832,417

33	NOS	4	191926726,417
34	J.MARTIN	4	175062253,417
35	NOS	4	63326792,417
36	J.MARTIN	4	45114926,583
37	REN	4	114975417,583
38	REN	4	115931624,583
39	NAVIGATO	4	128119335,583
40	REN	4	177652879,583
41	NAVIGATO	4	190191005,583
42	NAVIGATO	4	260324472,583
43	SONAE	2	60444390,667
44	SONAE	2	16969899,667
45	SONAE	2	77414290,333

Tabela 31 – Associação de Cluster

Anexo III – Dendrograma

Fonte: *Elaboração no SPSS,(2022)*

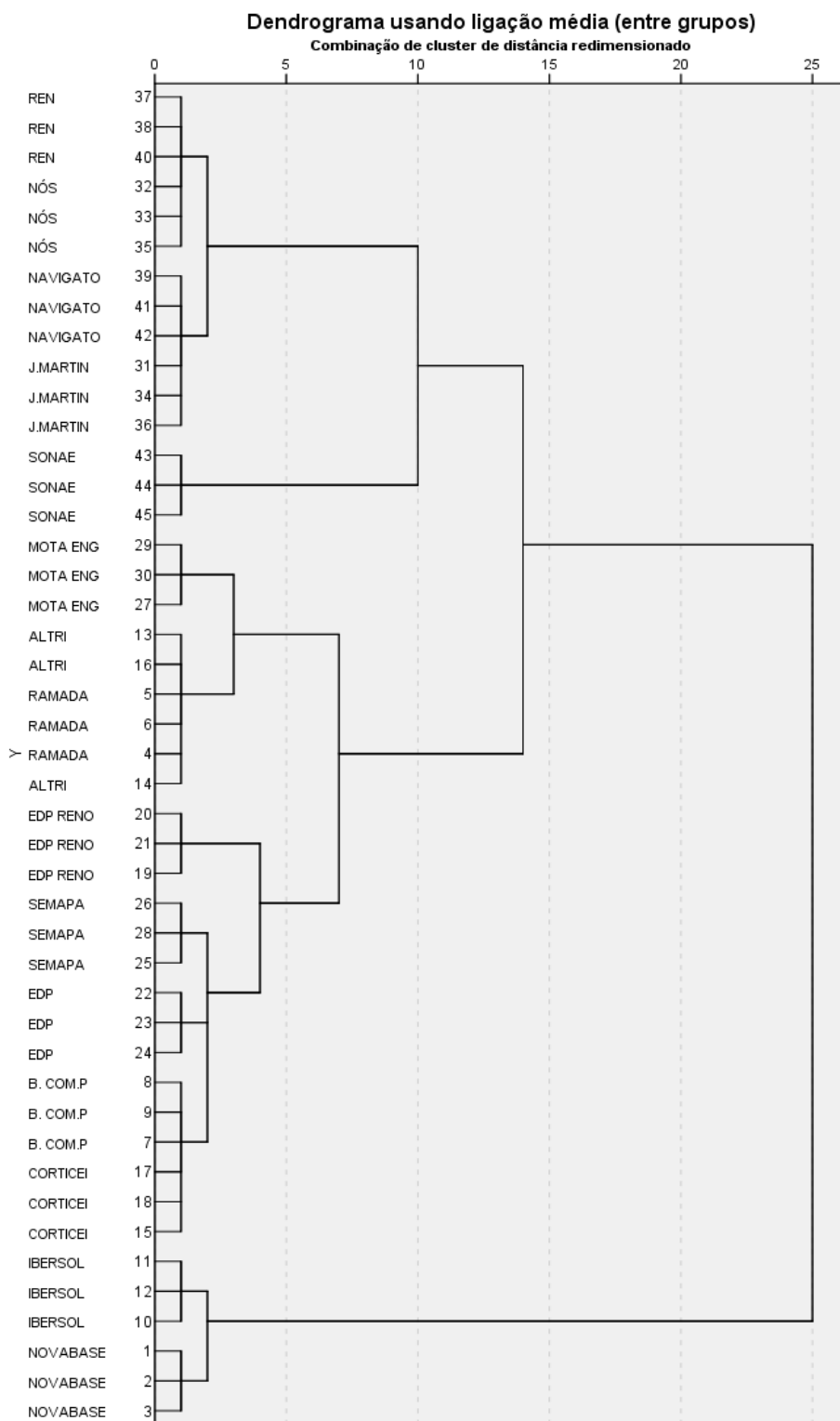


Gráfico 5 - *Output* Dendrograma